**Universidade de São Paulo
Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
Centro de Energia Nuclear na Agricultura**

Uso público recreativo em Unidades de Conservação: corridas de aventura

Carolina Teixeira Bartoletti

Dissertação apresentada para a obtenção do título
de Mestra em Ciências. Área de concentração:
Ecologia Aplicada

**Piracicaba
2016**

Carolina Teixeira Bartoletti
Bacharel em Esporte

Uso público recreativo em Unidades de Conservação: corridas de aventura
versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011

Orientadora:
Profª. Drª. **TERESA CRISTINA MAGRO**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de
Mestra em Ciências. Área de concentração: Ecologia
Aplicada

Piracicaba
2016

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
DIVISÃO DE BIBLIOTECA - DIBD/ESALQ/USP**

Bartoletti, Carolina Teixeira

Uso público recreativo em unidades de conservação: corridas de aventura / Carolina Teixeira Bartoletti. - - versão revisada de acordo com a resolução CoPGr 6018 de 2011. - - Piracicaba, 2016.

117 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz". Centro de Energia Nuclear na Agricultura.

1. Corridas de aventura 2. Ecologia da recreação 3. Unidades de conservação
Uso público 5. Gestão de eventos esportivos I. Título

CDD 333.78
B292u

"Permitida a cópia total ou parcial deste documento, desde que citada a fonte – O autor"

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento vai certamente ao meu pai, Edson Bartoletti, hoje e sempre, por ser o principal incentivador da busca constante por crescimento pessoal e conhecimento. Agora somos dois “Esalqueanos” formados na família!

Agradeço ao acaso, ao destino ou à falha que não me permitiram passar em um programa de Mestrado em Ecologia do campus Butantã em 2012, e assim em 2013 tive a oportunidade e o êxito de passar no PPGI – Ecologia Aplicada do campus Piracicaba e trabalhar junto a uma orientadora extremamente competente e compreensiva!

Agradeço, pois, a ela: Prof^a. Dr^a. Teresa Cristina Magro, em primeiro lugar por aceitar meu projeto de pesquisa de forma tão aberta apesar da minha formação original em uma área que muitos consideram distante da Ecologia, e também por ter tido paciência com todos os meus inúmeros e-mails, crises pessoais, e questionamentos diversos!

Meus agradecimentos ao Programa de Pós Graduação Interunidades em Ecologia Aplicada por me permitir trabalhar a interdisciplinaridade entre esporte e meio ambiente.

Um “muito obrigada” à Laís Vicino da equipe de análises estatísticas e ao Eduardo Bonilha do departamento de informática do LCE - ESALQ que tornou possível a construção do *website* utilizado nesta pesquisa.

À Mara Casarin, secretária do PPGI em Ecologia Aplicada, francamente a secretária mais bem disposta e organizada com quem eu já tive o prazer de trabalhar na Universidade de São Paulo.

Às empresas, gestores e atletas que participaram desta pesquisa, meus sinceros agradecimentos. Esta pesquisa foi feita por e para vocês, para que quem sabe no futuro possamos pensar e organizar eventos esportivos de aventura cada vez mais integrados e menos impactantes aos ambientes naturais.

A duas amigas especiais que mesmo longe estão sempre perto dando apoio a todas as minhas iniciativas, loucuras, e projetos: Cacilda Amaral e Camila Forster.

À equipe do Laboratório de Áreas Naturais Protegidas da ESALQ, companheiros desta jornada.

E por fim, mas não menos importante, agradeço à CAPES a concessão da bolsa de estudos para realização desta pesquisa de mestrado.

Manifestação de interesse pelo tema

Meu interesse pelo meio ambiente nasceu provavelmente da criação por um pai engenheiro agrônomo, formado também na Escola Superior “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, que me criou num universo infantil permeado por contos e brincadeiras de dinossauros, e passeios aos finais de semana para andar de bicicleta nas proximidades do Instituto de Biologia, do campus Butantã da Universidade de São Paulo.

As viagens de estudo do meio da escola logo se tornaram tão interessantes quanto às aulas de Educação Física, e sempre foi difícil discernir o que eu gostava mais... Na época de prestar o vestibular veio a dúvida: Biologia ou Bacharelado em Esporte? E entre caminhos e encruzilhadas acabei me formando Bacharel em Esporte na Universidade de São Paulo da capital paulista no ano de 2010.

Tive minha primeira experiência profissional entre os anos de 2010 e 2012 numa companhia de cruzeiros marítimos, e em seguida cruzei a fronteira das profissões trabalhando por um período de nove meses no Parque Estadual da Ilha Grande, no Estado do Rio de Janeiro, como integrante do corpo de Guarda-Parques do Instituto do Meio Ambiente do Rio de Janeiro (INEA/RJ) no monitoramento e manutenção de trilhas utilizadas para fins turístico-recreativos.

Foi lá que nasceu o interesse em pesquisar e trabalhar as intersecções das duas (ou mais) áreas de conhecimento, e por isso voltei a São Paulo em meados de 2013 interessada em estudar as relações entre atividade física, esporte, e meio ambiente.

“Happiness comes from positive interactions with the environment.”

Beda Paiche Mulzer, clown.

SUMÁRIO

RESUMO.....	11
ABSTRACT.....	13
LISTA DE FIGURAS.....	15
LISTA DE TABELAS.....	17
LISTA DE SIGLAS.....	19
1 INTRODUÇÃO.....	21
2 OBJETIVOS.....	29
3 JUSTIFICATIVA.....	31
4 MATERIAL E MÉTODOS.....	33
Embasamento teórico.....	33
4.1 Seleção e abordagem dos sujeitos.....	36
4.2 Estrutura dos questionários.....	38
4.2.1 Questionário voltado a organizadores de Corrida de Aventura.....	39
4.2.2 Questionário voltado ao público de atletas.....	40
4.2.3 Questionário voltado aos gestores de UCs.....	41
4.3 Testes Piloto.....	41
4.4 Análise de Dados.....	42
5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	45
5.1 Corridas de Aventura: história, atletas, e organizadores.....	45
5.2 Uso Público Recreativo e Esporte de Aventura: perspectivas educacionais.....	46
5.3 Projetos e regulamentos voltados à sustentabilidade de Corridas de Aventura.....	50
5.4 Consumo e Qualidade.....	54
5.5 A Recreação é um serviço ecossistêmico?.....	58
5.6 Estratégias de manejo para áreas naturais abertas à recreação.....	60
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	65
6.1 Perfil da amostra de atletas.....	65
6.2 Perfil da amostra de organizadores.....	68
6.3 Perfil da amostra de gestores de UC.....	69
6.4 Corridas de Aventura e potencial de impactos socioambientais.....	71
6.5 Discussão.....	87
7 CONCLUSÃO.....	93

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	95
ANEXOS.....	103

RESUMO

Uso público recreativo em Unidades de Conservação: corridas de aventura

Corridas de Aventura são um multiesporte de resistência aeróbia e resistência de força de alta demanda física que combinam diferentes modalidades esportivas em competições que podem durar de horas a dias, caracterizando expedições. As Unidades de Conservação abertas ao uso público, como é o caso de Parques Nacionais e Estaduais, são comumente cenários para esse tipo de atividade esportiva, além de outras. O grande fluxo de visitantes (praticantes e espectadores dos eventos) em áreas naturais e consequente aumento da pressão antrópica desporto-recreativa sobre os ecossistemas provocam preocupação com os impactos negativos que podem ser gerados por estes eventos em ambientes naturais. Apesar do destaque dado aos impactos positivos como a geração de renda local e aproximação do homem com a natureza, é sabido que atividades desporto-recreativas têm potencial para afetar negativamente o solo, a vegetação, a fauna e os recursos hídricos. Particularmente no caso das Corridas de Aventura, a longa extensão dos eventos em tempo e distância somada ao grande número de competidores exige avaliação e discussão para que medidas preventivas e compensatórias destes impactos sejam incluídas no planejamento dos eventos possibilitando assim o que a conservação de áreas naturais propõe: uso consciente e contínuo. Neste trabalho foram analisados regulamentos de eventos de Corrida de Aventura ocorridos no Brasil, e aplicados questionários a organizadores e atletas participantes destes eventos procurando estabelecer se existem o conhecimento e a preocupação com relação aos potenciais impactos sugeridos na bibliografia fundamental da Ecologia da Recreação. Gestores de unidades de conservação federais abertas ao uso público foram também questionados sobre os impactos positivos e negativos da realização de eventos de Corrida de Aventura em áreas naturais protegidas. A partir das informações obtidas o objetivo foi auxiliar o estabelecimento de medidas de planejamento e manejo para melhor acomodar tais manifestações esportivas considerando as realidades da demanda do uso público recreativo e dos objetivos de conservação das unidades de conservação brasileiras.

Palavras-chave: Corridas de aventura; Ecologia da recreação; Unidades de conservação; Uso público; Gestão de eventos esportivos

ABSTRACT

Recreational use in Protected Areas: adventure races

Adventure Races are an endurance multisport composed of several physical activities. Races may endure hours or days, featuring outdoor expeditions. Protected areas opened to the general public, such as National and State Parks, are often settings for Adventure Races. Thus, the increasing flow of visitors (athletes and spectators) in protected areas and the stress they may impose on ecosystems due to recreational activities raise concerns that despite the positive effects on local micro economy brought by recreational use in protected areas, such use might also bring negative effects. Specifically in the case of Adventure Races the long extension in time and space of the events added to increasing popularity among participants and spectators demands evaluations regarding ecosystem impacts and management so that recreational use in this particular form might continue in a sustainable manner. This research aimed to analyse Adventure Races' rules as well as to interview races' organizers and participants in search of trends in Adventure Races' organization in Brazil. It also sought whether or not, and to which extent these organizers and adventure sports' consumers took into consideration environmental issues and not only logistical and financial factors when choosing the location, date and rules for a race. Finally, national park managers were also questioned about their professional perceptions towards the positive and negative impacts that Adventure Races had in their work areas. Based on the information gathered from the tree stakeholders the final goal was to aid the establishment of proper management actions focused on developing Adventure Races so that they will better meet the demands in public use and the objectives of conservation in protected areas.

Keywords: Adventure races; Recreation ecology; Protected areas; Public use; Sports' management

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Divulgação do Campeonato Mundial de Corrida de Aventura 2015.....	25
Figura 2 - Divulgação de Corrida de Aventura.....	26
Figura 3 - Diagrama da Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 2006).....	34
Figura 4 - Sistema de Gestão PDCA para Eventos Sustentáveis da ISO20121.....	56
Figura 5 - Quadro de Gráficos Demográficos I.....	65
Figura 6 – Quadro de Gráficos Demográficos II.....	66
Figura 7 - Classificação de importância das motivações para a prática das Corridas de Aventura.....	67
Figura 8 - Tempo de mercado das empresas organizadoras de CAs.....	68
Figura 9 - Tempo de experiência como Gestor de UC.....	70
Figura 10 - Mapa da frequência de respostas de PARNAs por região.....	71
Figura 11 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA – atletas.....	73
Figura12 - Diagrama de Caixa sobre “Época de reprodução de espécies ameaçadas”.....	74
Figura 13 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA – organizadores.....	75
Figura 14 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA II – organizadores.....	76

Figura 15 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA – atletas.....	77
Figura 16 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA II – atletas.....	78
Figura 17 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA – organizadores.....	80
Figura 18 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local das CAs II – organizadores.....	81
Figura 19 - Planejamentos e Regulamentos das Corridas de Aventura.....	82
Figura 20 – Existência de Práticas de Mínimo Impacto Ambiental.....	83
Figura 21 - Potencial de impactos socioambientais.....	85
Figura 22 - Preferência por modalidades esportivas indicadas pelos atletas.....	88
Figura 23 - Frequência ideal de encontros com outras equipes/atletas.....	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de respondentes até a data de 19/02/2016.....	37
Tabela 2 - Total de respondentes até a data de 19/03/2016.....	37
Tabela 3 - Fatores inerentes à organização de uma Corrida de Aventura.....	72

LISTA DE SIGLAS

AFAN – Atividades Físicas de Aventura na Natureza
AMNF – Associação de Montanhismo do Noroeste Fluminense
CA – Corrida de Aventura
CBAAt – Confederação Brasileira de Atletismo
CBTri – Confederação Brasileira de Triatlo
CBCA – Confederação Brasileira de Corrida de Aventura
CENA – Centro de Energia Nuclear na Agricultura
CEP – Comitê de Ética em Pesquisa
CNUC - Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
EMA – Expedição Mata Atlântica
ESALQ – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”
IEF – Instituto Estadual de Florestas
INEA – Instituto Estadual do Meio Ambiente
ISO – International Standardization Organization
MA – Millennium Ecosystem Assessment
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTB – Mountain Bike
PARNA – Parque Nacional
PDCA – Plan, Do, Check, Act
SAS - Statistical Analysis System
SESC – Serviço Social do Comércio
SISBIO – Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUP – Stand Up Paddle
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC – Unidade de Conservação
UNEP - United Nations Environment Programme
USP – Universidade de São Paulo
VERP - Visitor Experience and Resource Protection

1 INTRODUÇÃO

O tema desta pesquisa é o uso público recreativo em Unidades de Conservação no Brasil através de eventos de Corrida de Aventura. A pesquisa compreende aspectos da organização destes eventos no que tange aos processos de escolha dos locais e datas para a realização das corridas e, posteriormente, às estratégias de manejo que possibilitem a manutenção deste tipo de uso público de forma menos impactante ao meio ambiente. Estes temas são abordados de forma interdisciplinar, ou seja, em seus aspectos ecológicos, econômicos e políticos-institucionais.

Para contextualizar os antecedentes legais vale ressaltar que são dois os grandes grupos de áreas naturais protegidas no Brasil de acordo com a Lei 9.985/00 que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC): as Unidades de Uso Sustentável, que buscam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais (como nos casos de Reservas Extrativistas e Florestas Nacionais), e as Unidades de Proteção Integral que têm como objetivo básico preservar a natureza admitindo apenas o uso indireto dos seus recursos por meio de atividades diversas como, por exemplo, a pesquisa científica, a educação ambiental e o uso recreativo (BRASIL, 2000).

Em algumas categorias das Unidades de Conservação de Proteção Integral, se assim estiver previsto no seu Plano de Manejo, podem acontecer atividades de Recreação e Lazer ao ar livre entendidas como mais adequadas às condições específicas do ecossistema e entorno social da unidade de conservação. Atividades esportivas que subentendem competições não fazem parte dos objetivos finalísticos das unidades de conservação, mas podem ser desenvolvidas nestes espaços na forma de eventos esporádicos mediante uma permissão específica para cada evento (BRASIL, 2000).

À primeira vista isso pode parecer uma limitação administrativa para a ocorrência de eventos esportivos ao ar livre, mas ao analisar o caso das pesquisas científicas, por exemplo, vemos que apesar destas serem um dos principais objetivos finalísticos das unidades de conservação de proteção integral, toda nova pesquisa precisa também de aprovação e permissão para ser desenvolvida nestas áreas. Isso é feito para garantir que os objetivos da conservação sejam atingidos.

E justamente porque é em unidades de conservação que fazem parte da categoria de proteção integral, como Parques Estaduais e Nacionais, que Corridas de Aventura e outras manifestações desporto-recreativas acontecem, que aumenta a preocupação de que estas áreas naturais protegidas sejam utilizadas de forma apropriada, uma vez que é sabido que atividades

recreativas têm potencial para afetar o solo, a vegetação, a fauna e os recursos hídricos (HAMMIT; COLE, 1998; MANNING, 2009; NEWSOME et al., 2011).

Dentre os impactos no solo destacam-se a erosão ou compactação pelo contínuo tráfego de pessoas, animais, ou equipamentos como bicicletas. Magro (1999) cita que as características do solo mais relacionadas ao impacto do uso recreativo são a compactação, drenagem e erodibilidade. Mesmo assim a autora ressalta que a compactação pode ser considerada uma consequência inevitável do uso pelos visitantes, sendo uma preocupação maior quando estiver associada à alta declividade.

A fauna também pode ser afetada pelo distúrbio causado por um grande número de visitantes em áreas primitivas durante períodos reprodutivos ou de alimentação, e os corpos hídricos afetados pelo maior depósito de sedimentos da erosão do solo ou pela deposição inadequada de maiores quantidades de lixo e esgoto (HAMMIT; COLE, 1998; NEWSOME et al., 2011).

A magnitude de um impacto recreativo decorre do tipo de uso público (modalidade esportiva, frequência, intensidade e distribuição espaço-temporal do uso), e das condições ambientais que constituem os ecossistemas, como por exemplo, o micro-clima, componentes orgânicos e inorgânicos do solo, espécies vegetais mais ou menos resistentes ao pisoteio, e outras variáveis ecológicas (HAMMIT; COLE, 1998; NEWSOME et al., 2011; RONCERO-SILES, 2009).

No caso das Corridas de Aventura, o ex-presidente do extinto Instituto Estadual de Florestas (antigo IEF, atual INEA – Instituto Estadual do Ambiente) do Rio de Janeiro, André Ilha, destacou que os impactos ambientais de eventos desse tipo não são muito diferentes dos impactos de um dia com visitação turística intensa, e que o problema reside na verdade em abrir antecedentes legais autorizando a realização de eventos que não se comprometem com a conservação da unidade de conservação e que não levam a termo os acordos de uso do espaço e de compensação socioambiental (LOBO, 2007).

Ademais, se comparadas aos esportes de aventura motorizados, por exemplo, como os *rallys 4x4* e provas de *moto cross*, as Corridas de Aventura certamente geram impactos ambientais de menor proporção, e trazem ainda o impacto positivo de efetivamente colocar as pessoas em contato físico com ambientes naturais, ao invés de propiciar um contato mediado por veículos que implica que a natureza é apenas uma paisagem coadjuvante.

Ainda assim é razoável considerar que os impactos negativos decorrentes de uma Corrida de Aventura se somem devido à combinação das diversas modalidades que compõem o esporte. Estas podem variar, mas costumam ser *mountain bike*, canoagem (ou caiaque),

técnicas verticais de ascensão ou descida, orientação por mapas e bússolas, e *trekking*. Dependendo do evento e do local podem ainda ser inclusas ou substituídas travessias a nado, *trekking* montado (em cavalos, lhamas, e outros animais), esqui, e outras modalidades esportivas (BITENCOURT; AMORIM, 2006; NEWSOME et al., 2011).

Além disso, uma característica do esporte é, devido ao componente da orientação, passar por percursos sugeridos, mas não necessariamente demarcados na malha de trilhas da unidade de conservação (KAY; LABERGE, 2002), o que pode agravar os impactos de pisoteio da vegetação, disseminação de sementes de espécies invasoras, e formação de trilhas informais.

A história das origens das Corridas de Aventura é relativamente controversa com alguns autores creditando seu surgimento ao início da década de 1980 na Nova Zelândia (KAY; LABERGE, 2002; PATERSON, 1999), e outros ao final de 1980 também na Nova Zelândia (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009; SPINK et al., 2005). No Brasil o primeiro evento do gênero foi a Expedição Mata Atlântica em 1998 (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009) que contou, já na época, com trinta equipes participantes.

O esporte pode ser considerado, nas palavras de Pociello (1994), como parte de um fenômeno de “ecologização” ou “aventuração” dos esportes e atividades recreativas ao ar livre, parte de uma crescente demanda por espaços e atividades de lazer em áreas naturais. Ou, nas palavras de Arnegard e Sandell (2012) como uma “esportivização” do uso público de áreas naturais com motivações mais competitivas que contemplativas.

No Brasil, recentemente em 2012, foi registrada oficialmente a Confederação Brasileira de Corrida de Aventura (CBCA, 2013) e o calendário de etapas regionais válidas para o Campeonato Brasileiro já contou com quinze eventos anuais, além de provas de escopo internacional que foram realizadas no Brasil, como a *Ecomotion Pro* (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009), e eventos de abrangência mais local promovidos por empresas não registradas na CBCA.

Algumas fontes relatam que, contudo, não seria necessária tanta preocupação com a organização das Corridas de Aventura no Brasil pelo fato do esporte já ter passado pelo processo de ascensão no gosto do público, e atualmente enfrentar um declínio no número de participantes¹.

Outras fontes, porém, apontam para um movimento contrário, para um rejuvenescimento do esporte, com o Brasil tendo sediado pela segunda vez o Campeonato

---

¹ Relato pessoal do organizador Luís Leandro Grassel, L&E Eventos, 2014.

Mundial de Corrida de Aventura em 2015 no Pantanal (LIGA OUTDOOR, 2015), e com corridas que parecem superar a expectativa de inscritos, como revela o *web site* especializado em eventos de aventura *Adventuremag.com.br*:

O Haka Race abriu sua temporada 2015 no último sábado, 07 de Março, em Socorro (SP) com um recorde de participantes. Foram 470 atletas, maior número de participantes da história do circuito.

(ADVENTUREMAG, 2015 a)

O mesmo *web site* divulgou planejados para 2015 no Brasil aproximadamente 60 eventos de Corrida de Aventura entre os meses de Março a Dezembro, componentes de vinte e um circuitos de prova municipais, estaduais, ou mundiais (anexo A, ADVENTUREMAG, 2015 b).

O próprio Campeonato Mundial de Corrida de Aventura, *AR-World Championship*, no Pantanal, foi um mega evento com duração média de sete dias e 800 km de distância percorridos. Foi prevista na época de divulgação a participação de mais de 400 atletas e 700 espectadores, além de jornalistas (LIGA OUTDOOR, 2015). O *web site* oficial do evento divulgou posteriormente a participação de 33 equipes de 16 nacionalidades, totalizando 132 atletas (AR WORLD CHAMPIONSHIP, 2015a), mas não encontramos motivos que justificassem esse número de participantes tão inferior ao esperado.

Abaixo segue a imagem de divulgação do evento (figura 1).

Figura 1- Divulgação do Campeonato Mundial de Corrida de Aventura 2015

A divulgação pré e pós-evento de imagens publicitárias fortemente vinculadas ao imaginário das pessoas quando se menciona temas como a aventura em ambientes naturais pode aumentar a procura destes espaços não como locais cujo objetivo final é a conservação ambiental, mas apenas a realização de esportes de aventura. Isto pode criar uma visão eminentemente utilitarista a respeito das áreas naturais protegidas.

Por outro lado, pode ser veiculada uma imagem pública de valorização destas áreas uma vez que as atividades esportivas geram grande fluxo de turistas nos períodos de treinamento e competição.

Ademais, com o aumento do número de eventos é razoável considerar que os organizadores passem a buscar locais de prova cada vez mais exóticos e menos explorados para diferenciar seu evento dentre os demais, agregando valor à experiência do atleta e angariando mais patrocínios e participantes. Um exemplo desta lógica é a imagem da figura 2 que destaca entre os motivos para participar da corrida em questão o local privilegiado e percurso inédito e desafiador.

06 Motivos para não ficar de fora:

- 1) Excelente estrutura pré e pós prova
- 2) Presença das melhores equipes e corredores do Brasil
- 3) Local privilegiado
- 4) Percurso inédito e desafiador
- 5) Brindes de Canivete CIMO, Copos e Squezzes BB Brindes e Kailash
- 6) Adrenalina, diversão e competição numa noite inesquecível

Logotipo removido para preservação do anonimato da empresa.

CIMO TECNOLOGIA A FIO

BB Brindes .com.br A SUA FÁBRICA DE BRINDES NA BAHIA

ODEBRECHT Realizações Imobiliárias

QUINTAS PRIVATE RESIDENCES BAHIA BRASIL

CRISTAL

Figura 2 - Divulgação de Corrida de Aventura

A tendência do mercado liberal de diferenciar produtos e serviços para obter maior participação de mercado e aumentar o número de vendas faz com que “[...] entidades organizadoras das mais diversas modalidades esportivas percebam a necessidade de agregar valor à competição esportiva, transformando-a num espetáculo. Isso significa desvincular a percepção de satisfação do consumidor do resultado da competição. Claro que o resultado sempre será importante, mas à medida que outros serviços são agregados ao evento esportivo, como por exemplo, lojas, bares, restaurantes, e um estacionamento seguro, a competição se transforma em espetáculo, e mais, em experiência de consumo. Quanto melhor a experiência, maior a adesão do consumidor [...]”.

(BARTOLETTI, 2010)

A preocupação no caso da organização de Corridas de Aventura (e naturalmente de outros esportes de aventura também) é que para intensificar a experiência de consumo do atleta, a organização marginalize a preocupação com a conservação do meio ambiente escolhendo os locais e datas de prova principalmente por conveniência logística.

De forma análoga ao crescimento do uso público em ambientes naturais através de outras atividades desporto-recreativas (MAROUN; VIEIRA, 2007; REID, 2003; WORACHANANANT et al., 2008), a organização das Corridas de Aventura levanta questões inerentes à gestão ambiental, ao uso público em unidades de conservação e a ações de Educação Ambiental.

Isso porque além dos potenciais impactos ao ambiente biofísico causados pelo grande fluxo de pessoas e equipamentos em um mesmo intervalo de tempo e em espaço determinado, as Corridas de Aventura impõem questões sociais importantes. Uma delas se refere ao uso de bens públicos, ainda que limitado pela duração do evento, por uma parcela restrita da população, não raramente sobrepondo interesses particulares, como o das empresas organizadoras e patrocinadoras, ao interesse público e à própria conservação ambiental (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009; LOBO, 2007; NEWSOME et al., 2011).

Mas apesar deste cenário aparentemente negativo das Corridas de Aventura, é importante ressaltar que sua popularização derivou de um crescente interesse das pessoas em estar em ambientes naturais e não apenas em superar limites físicos (FERREIRA et al., 2005), e que atividades desporto-recreativas nestes ambientes podem ser utilizadas positivamente como estratégia de educação ambiental aproximando homem e natureza, desde que exista para isso o devido planejamento em concordância com o plano de manejo das unidades de conservação (BRUHNS, 1997, 2003; TAKAHASHI, 2004).

É neste aspecto, portanto, que esta pesquisa se concentrou: buscando estabelecer se as práticas de organização das Corridas de Aventura no Brasil têm se preocupado com e gerado os possíveis impactos socioambientais relatados na literatura, e que tipo de ações de planejamento e manejo têm sido ou podem ser utilizadas para minimizar estes impactos quando negativos.

2 OBJETIVOS

Esta pesquisa teve por objetivo identificar se empresas organizadoras de Corridas de Aventura no Brasil embasam a escolha do local, data e regulamento das provas em conhecimentos da ecologia ou se consideram apenas quesitos que se adéquam aos interesses de patrocinadores, atletas, cobertura da mídia e facilidades logísticas.

Objetivou-se também aferir se impactos socioambientais quando previstos e ocorridos são de alguma forma compensados ou levados em consideração para futuros planejamentos de prova, e para o planejamento das próprias unidades de conservação.

Buscou-se ainda entender se atletas participantes das Corridas de Aventura eram conscientes a respeito dos impactos socioambientais que grandes eventos podem gerar em áreas naturais protegidas, e o que gestores de unidades de conservação federais pensam a respeito destes impactos e do uso público desporto-recreativo.

A partir destas análises o objetivo final foi o de definir parâmetros que possam ser incorporados na seleção dos locais e datas para provas, e no regulamento das mesmas, para que tanto gestores de unidades de conservação ao receber as propostas dos eventos para análise, quanto os próprios organizadores das Corridas de Aventura, possam conduzir eventos mais sustentáveis.

Embora os conceitos mais tradicionais de gestão do uso público em áreas naturais sejam baseados apenas nas características ambientais dos ecossistemas, já existem estratégias interdisciplinares que englobam aspectos humanos da demanda pelo uso público e consideram importante a inclusão da percepção dos visitantes como parte da determinação dos parâmetros de uso (MANNING, 2009; SUMNER, 1936; WAGAR, 1946; WAGAR, 1964).

Por isso, parâmetros como o número de encontros com outros atletas, o nível de desafio físico imposto pela área natural, preferências por modalidades esportivas a ser praticadas, e outros fatores mais ligados à sustentabilidade dos eventos, como a existência de regulamentos com penalidades para ações prejudiciais ao meio ambiente, e a existência de eventos certificados ou associados a ações de compensação ambiental, foram pesquisados e então sugeridos como indicadores a observar e adotar para a organização de Corridas de Aventura que satisfaçam da melhor maneira possível tanto as necessidades dos usuários (atletas e organizadores) quanto os objetivos da conservação.

3 JUSTIFICATIVA

Pesquisas relacionadas aos impactos causados em ambientes naturais em decorrência de atividades desporto-recreativas, na linha da Ecologia da Recreação, são poucas e recentes se comparadas a outras linhas de pesquisa em Ecologia. Entretanto a necessidade de planejamento para o uso recreativo de áreas naturais, que considere as características ecossistêmicas e as questões da demanda pelo uso público, não o é.

A questão da manutenção, ou conservação, de áreas naturais para recreação é uma das razões pela quais pesquisas em Ecologia da Recreação se tornam importantes. A obtenção de informações úteis à gestão de áreas naturais utilizadas para fins recreativos aumenta a probabilidade de satisfação dos usuários e diminui os impactos ecológicos.

As Corridas de Aventura em particular, em decorrência da longa extensão em tempo e distância dos eventos, somado a um grande volume de praticantes e espectadores, traz à luz a necessidade de estudar esta manifestação esportiva relativamente recente no Brasil, e o quanto questões já levantadas por outros pesquisadores da área da Ecologia são consideradas no momento de escolher os locais, datas e regulamentos para tais eventos esportivos.

Por fim, a revisão da literatura em periódicos científicos da área da Educação Física e do Esporte mostra que a abordagem de temas relacionando atividades físicas e ambientes naturais normalmente orbita em torno de questões motivacionais e de perfil dos praticantes, deixando de explorar outras interligações entre estes eixos temáticos (McMASTER, 2003; MURADÁS; BURGOS, 2008; MURADÁS; MATTOS, 2009).

Fica evidente que novos estudos necessitam ser desenvolvidos contemplando outros tipos de atores deste cenário – empresários do mercado de aventura e gestores de unidades de conservação, por exemplo - pois quando o foco recai somente na investigação dos porquês do envolvimento com as atividades de aventura, deixa-se de compreender as repercussões socioambientais desta experiência.

4 MATERIAL E MÉTODOS

Embasamento teórico

A presente pesquisa caracteriza-se quanto ao tema como socioambiental, e quanto aos fins como de caráter exploratório e descritivo do cenário brasileiro atual em gestão de Corridas de Aventura.

Quanto aos meios foram combinadas as pesquisas bibliográfica e documental, e a aplicação de questionários. No que se refere à primeira, foi realizada a revisão da literatura com enfoque em Ecologia da Recreação e Corridas de Aventura a partir das palavras-chave: Lazer, Esporte e Recreação na Natureza, e Corridas de Aventura.

Na parte da pesquisa documental regulamentos e relatórios de eventos já realizados no Brasil e no exterior foram analisados.

E por fim, a coleta de dados primários foi realizada com base em três questionários: um aplicado a organizadores de Corridas de Aventura, e outro aplicado a atletas participantes de Corridas de Aventura com o objetivo de identificar o grau de conhecimento destes grupos de interesse sobre as questões socioambientais que podem derivar de eventos esportivos de grande porte em áreas naturais protegidas.

No caso dos organizadores o questionário objetivou compreender ainda o quanto a possibilidade de impactos socioambientais era considerada durante as fases de planejamento, execução e pós-prova.

O terceiro questionário foi direcionado a gestores de unidades de conservação federais com o intuito de verificar, entre outros aspectos, o que pensam enquanto profissionais da conservação sobre o uso público recreativo através das Corridas de Aventura.

Na área do Esporte e da Educação Física os questionários são reconhecidos como instrumentos de pesquisa apropriados aos trabalhos que envolvem grandes números de indivíduos por oferecerem a vantagem de um baixo custo financeiro e do ganho de tempo em comparação às entrevistas presenciais (GUEDES; LOPES; GUEDES, 2005).

Para a elaboração destes questionários foi utilizada, entre outras, a abordagem da avaliação de importância, indicada para processos de racionalização de escolhas. A razão para se utilizar essa abordagem foi especificamente entender os determinantes das escolhas do local e da data dos eventos de Corrida de Aventura.

Definida por Sheppard, Hartwick e Warshaw (1988) como um modelo derivado da Teoria do Comportamento Planejado, a avaliação de importância, opinião e intenção é

comumente utilizada em pesquisas da área de Ciências Sociais (DUKE; PERSIA, 1996; GO; ZHANG, 1997; HALLO; MANNING, 2009; NOVATOROV, 1997; RYAN; HUYN, 2002).

A Teoria do Comportamento Planejado tem sua gênese na psicologia social e busca identificar fatores determinantes do comportamento conscientemente intencional (AJZEN, 1991, 2006). Essa teoria é amplamente aplicada em estudos sobre o comportamento de escolha humano em diversos contextos por ser considerada bem adaptada a situações de escolha entre alternativas.

O princípio básico de que parte a Teoria do Comportamento Planejado é de que as pessoas se comportam de forma racional avaliando principalmente três aspectos:

- 1) Crenças sobre os possíveis resultados e consequências de um comportamento ou escolha, e avaliações pessoais sobre estas possibilidades (crenças sobre o comportamento);
- 2) Crenças sobre expectativas externas sociais e legais, e motivações para atender a estas expectativas (crenças normativas);
- 3) Crença sobre a presença de fatores que possam facilitar ou prejudicar a execução do comportamento (crenças sobre o controle do comportamento).

O diagrama abaixo (figura 3) adaptado de uma ilustração da Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (2006) mostra como os três tipos de crença avaliados durante um processo de tomada de decisão influenciam as atitudes para um determinado tipo de comportamento (intenção).

Figura 3 - Diagrama da Teoria do Comportamento Planejado (AJZEN, 2006)

Assim, buscando entender o comportamento de escolha dos empresários da Corrida de Aventura na seleção dos locais e datas para seus eventos, foi elaborado um questionário com questões para a avaliação da importância atribuída a fatores inerentes à organização deste tipo de competição esportiva.

Goonan et al. (2009) utilizaram semelhante estrutura de questionário com base em questões fechadas para a avaliação da importância de fatores relacionados à qualidade do uso de trilhas do Parque Nacional de Acadia nos Estados Unidos.

Durante a etapa de planejamento desta pesquisa se mostrou relevante avaliar também o quanto os participantes dos eventos de Corrida de Aventura têm conhecimento e preocupação com os impactos socioambientais que podem decorrer de eventos de grande porte em áreas naturais protegidas, pois todas as pessoas envolvidas com o uso público através das Corridas de Aventura podem ser consideradas grupos de interesse (*stakeholders*) e devem se envolver direta ou indiretamente na organização de eventos preocupados com o meio ambiente.

Além disso, como destacou Newsome (2014) os atletas de Corridas de Aventura tendem a ser indivíduos focados em atividades de risco controlado cujo objetivo é terminar a competição o mais rápido possível. Esta atitude competitiva, na opinião do autor, tenderia a ser contrária àquela de apreciação dos valores de uma área natural. Por esta razão a inclusão dos atletas como outra população a pesquisar permitiu avaliar o que eles consideravam mais e menos importante na seleção de uma área natural para uma corrida, bem como verificar a existência de valores pró-conservação.

Com a finalidade de abordar este segundo grupo foram feitos convites explicativos da pesquisa em páginas de três comunidades encontradas em rede social voltadas especificamente ao público dos corredores de aventura:

- Corredores de Aventura - <https://www.facebook.com/groups/174860835861704/>
- Corrida de Aventura - <https://www.facebook.com/groups/322669764444488/>
- Brou Aventuras - <https://www.facebook.com/groups/145105445572475/>

Embora o uso de instrumentos de pesquisa virtuais como a internet, as mídias sociais e ferramentas de busca *online* possa parecer inadequado ao nível de exigência e precisão acadêmica, Manning e Freimund (2004) apontaram para a diversificação dos métodos de pesquisa frente às inovações tecnológicas, incluindo a popularização do uso de computadores domésticos e da internet.

Essa tendência, segundo os referidos autores do campo da Ecologia da Recreação, aumenta as possibilidades de métodos e mídias a ser utilizados em pesquisa, e facilita a comunicação entre pesquisadores e sujeitos.

4.1 Seleção e abordagem dos sujeitos

A Confederação Brasileira de Corrida de Aventura (CBCA) foi consultada sobre a possibilidade de fornecimento de uma lista de empresas organizadoras de eventos de Corrida de Aventura no Brasil. O intuito foi de que a instituição enquanto representante oficial do esporte no país pudesse fornecer uma lista referencial para a futura abordagem dos organizadores.

Porém, devido à realidade de muitas empresas não se registrarem na confederação e organizarem eventos próprios e locais (não integrantes do Campeonato Brasileiro de Corrida de Aventura organizado anualmente pela CBCA), foi realizada também uma busca virtual de empresas organizadoras através do sistema de busca Google™, como fizeram Rossi, Pickering e Byrne (2013) na busca por empresas de passeios a cavalo para um relatório ao Governo de Queensland, na Austrália sobre impactos em trilhas recreativas a cavalo.

Essa pesquisa virtual partiu das palavras-chave: empresas organizadoras, eventos, e Corridas de Aventura, e não houve restrição ou filtro de empresas organizadoras por unidade federal (estado) uma vez que o propósito do trabalho foi traçar um panorama diagnóstico o mais completo possível das práticas em gestão de eventos de Corrida de Aventura no Brasil.

Os indivíduos representantes das empresas organizadoras encontradas nesta busca (35 empresas dentre as quais 09 estavam na lista fornecida pela CBCA) foram contatados por correio eletrônico e telefonema. Os que concordaram voluntariamente em responder ao questionário mediante o aceite do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que lhes garantia também o anonimato das empresas e sujeitos consultados, receberam um *link* para o questionário *online* de autopreenchimento.

Os indivíduos-atletas abordados pelas redes sociais receberam o *link* para o questionário voltado a este público e tiveram acesso o TCLE do mesmo modo.

Já os gestores de unidades de conservação foram selecionados por um filtro do sistema de Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) do Ministério do Meio Ambiente através de pesquisa pela categoria de manejo “parques” em esfera administrativa “federal”. Este sistema disponibilizou os correios eletrônicos e também o telefone dos Parques Nacionais, por meio dos quais os convites foram realizados.

A disponibilização do TCLE e dos questionários se deu conforme as normas do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) com Seres Humanos da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo, ao qual o projeto de pesquisa foi submetido em Outubro de 2014 e aprovado em 18 de Março de 2015.

A pesquisa também passou por aprovação do SISBIO/ICMBio/MMA, Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente, quando incluído o terceiro grupo de sujeitos: gestores de unidades de conservação federais.

Todos os questionários permaneceram disponíveis na plataforma *online* por um período de 60 dias ao longo dos quais mensalmente foram enviados convites para participação na pesquisa da seguinte forma:

- 19/01/2016: convite por meio eletrônico a todos os sujeitos;
- 19/02/2016: segundo convite, por telefone, aos organizadores de corridas e gestores de UCs; Segunda chamada *online* aos atletas.
- 12/03/2016: com uma semana para o término da coleta, outro convite geral por meio eletrônico foi feito aos três grupos já com um agradecimento aos que previamente responderam.

Até o momento do segundo convite a contagem de respondentes foi de 39 sujeitos (tabela 1).

Tabela 1 - Total de respondentes até a data de 19/02/2016

População	Respondentes	Percentual do Total
Atletas	13 sujeitos	*População indeterminada.
Gestores de UCs federais (PARNAs)	22 sujeitos/67	32,8%
Organizadores de Corridas de Aventura	04 sujeitos/35	11,4%
TOTAL	39 sujeitos	_____

Ao final do segundo mês de coleta, após convite telefônico, a contagem final dos respondentes foi de 62 sujeitos (tabela 2).

Tabela 2 - Total de respondentes até a data de 19/03/2016

População	Respondentes	Percentual do Total
Atletas	19 sujeitos	*População indeterminada.
Gestores de UCs federais (PARNAs)	35 sujeitos/67	52,2%
Organizadores de Corridas de Aventura	08 sujeitos/35	22,8%
TOTAL	62 sujeitos	_____

4.2 Estrutura dos questionários

Os questionários foram disponibilizados em um sítio eletrônico (<http://www.esalq.usp.br/corridadeaventura/>) vinculado à Universidade de São Paulo por questões de fidedignidade, para transmitir confiança na pesquisa e no sigilo dos dados.

Eles foram elaborados com questões mistas do tipo fechadas dicotômicas (sim/não), questões abertas, e questões de escala de classificação.

As questões de escala de classificação foram estruturadas com a Escala de Likert, um método comumente utilizado em pesquisas de opinião porque se mostrou eficaz em traduzir informações qualitativas e subjetivas em informações quantitativas (BACON et al., 2003; LIKERT, 1932).

Este método é composto por itens de avaliação, os “Itens de Likert”, que funcionam como notas que o sujeito atribui para manifestar sua opinião sobre o nível de importância ou concordância com os fatores que estão sendo avaliados na pesquisa.

Os Itens de Likert variam em uma escala de 1 a 5, sendo normalmente o número 1 equivalente à pior avaliação e o número 5 equivalente à melhor (como segue no exemplo abaixo):

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

Para cada Item de Likert é atribuída uma nota pelo pesquisador, proporcional à avaliação de importância de cada item, porém na forma numérica e não conceitual (-2, -1, 0, 1, 2). No momento da análise dos dados estas notas permitem elaborar a Escala de Likert, que revela a tendência de opinião ou atitude da amostra entrevistada.

A Escala de Likert pode apresentar distorções de opinião quando os sujeitos evitam as respostas extremas (1 e 5) ou concordam/discordam com determinados fatores na tentativa de mostrar a si ou a suas empresas/organizações de um modo mais favorável. A elaboração da escala com Itens de Likert mais balanceados busca reduzir esse problema.

Por outro lado, as respostas extremas positivas podem ser intencionalmente selecionadas pelos sujeitos também com o intuito de favorecer sua imagem ou a da empresa

que representam. Para amenizar essa possibilidade foram incluídas nos questionários questões que pediam justificativas escritas das razões para um item ser avaliado com a nota máxima de importância (5 – Imprescindível).

Nesta pesquisa, os sujeitos foram orientados a utilizar a Escala de Likert para ordenar os fatores de influência na escolha do local e data dos seus eventos de Corrida de Aventura de tal modo que a utilização da escala refletisse os critérios de importância que utilizavam no planejamento real dos seus eventos.

Assim, esperava-se compreender o que diferentes organizadores e atletas consideravam mais e menos importante no momento de planejar e escolher suas corridas no que diz respeito à seleção dos locais e datas para as competições.

Os fatores sujeitos à avaliação foram, portanto, sugeridos pela pesquisadora com base em fatores organizacionais para eventos esportivos de modo geral (ex. segurança, potencial de risco físico, acessibilidade, comodidade, patrocínios, etc.) e fatores relacionados à conservação de área naturais protegidas apontados pela literatura básica desta pesquisa (HAMMIT; COLE, 1998; LIDDLE, 1997; MAGRO, 1999; NEWSOME et al., 2011; RONCERO-SILES, 2009).

4.2.1 Questionário voltado ao público de organizadores

O questionário direcionado aos organizadores de Corridas de Aventura foi elaborado para autopreenchimento dos sujeitos no endereço virtual <http://www.esalq.usp.br/corridadeaventura/?q=organizadores> e incluiu no total dezoito questões (anexo B).

As primeiras três questões buscavam avaliar aspectos relacionados à organização das Corridas de Aventura, como o tempo de experiência dos sujeitos no mercado da organização destes eventos, qual a missão da empresa organizadora representada por eles, e quais os valores defendidos por esta empresa na realização dos seus negócios.

A intenção com estas questões foi averiguar se características da empresa já revelavam alguma preocupação com a sustentabilidade dos eventos (independentemente das várias definições para o termo sustentabilidade).

Seguiram a estas questões duas com escala de classificação: uma relativa a fatores de influência na escolha do local, e outra relativa a fatores de influência na escolha da data para a

realização das Corridas de Aventura. Para responder a estas questões, os sujeitos foram instruídos a utilizar a Escala de Likert.

Após cada uma destas questões seguiram outras, dissertativas, que permitiram aos sujeitos explicar porque alguns fatores das listas de classificação receberam a avaliação de “Sem importância” e de “Imprescindíveis” na organização da sua prova. Objetivou-se com isto compreender melhor os polos de importância atribuídos aos fatores que estavam sujeitos ao escalonamento, e evitar respostas extremas sem argumento.

Após estas questões seguiu outra que permitiu ao organizador a inclusão opcional e a avaliação (com a mesma Escala de Likert) de algum outro fator inerente à organização dos eventos que ele considerasse importante e que pudesse não ter sido incluído pela pesquisadora.

Por fim, havia outras três questões relativas ao conhecimento e opinião dos organizadores sobre impactos socioambientais que podem decorrer de eventos de Corrida de Aventura, e duas questões sobre a existência de planejamentos e regulamentos de prova inclusivos das questões de impacto socioambiental.

As duas questões finais permitiram que os organizadores dessem sua opinião a respeito da pesquisa.

4.2.2 Questionário voltado ao público de atletas

Um questionário semelhante ao direcionado aos organizadores foi elaborado para autopreenchimento dos sujeitos-atletas no endereço virtual <http://www.esalq.usp.br/corridadeaventura/?q=atletas> e incluiu trinta e uma questões (anexo C).

As primeiras sete questões buscaram determinar características demográficas dos atletas, como idade, gênero, estado civil, formação acadêmica, e profissão (se o atleta fosse amador).

As seguintes duas questões buscaram avaliar o tempo de experiência dos atletas enquanto competidores de Corrida de Aventura e o que mais os motivava a praticar o esporte.

A estas questões seguiram quatro de escala de classificação, uma relativa à preferência por modalidades a praticar nas Corridas de Aventura, duas relativas a fatores de influência na escolha do local e da data das corridas, e uma relativa a fatores de influência na escolha dos eventos como um todo.

Após estas questões, quando necessário, vinham outras dissertativas, que permitiam aos atletas explicar porque alguns fatores existentes nas listas de classificação receberam a avaliação de “Sem importância” ou “Imprescindíveis”.

Objetivou-se, com isto, como no caso anterior, compreender melhor os polos de importância atribuídos aos fatores sujeitos ao escalonamento e evitar respostas extremas sem argumento.

Após estas questões, como no questionário dos organizadores, seguiram outras que permitiam ao sujeito a inclusão opcional e a avaliação (com a mesma Escala de Likert) de algum outro fator inerente à escolha do local e data dos eventos que ele considerasse importante e que pudesse não ter sido incluído pela pesquisadora.

Por fim, havia três questões relativas ao conhecimento e opinião dos atletas sobre os impactos socioambientais que podem decorrer de eventos de Corrida de Aventura, e as duas questões finais que permitiram ao atleta dar sua opinião sobre a pesquisa.

4.2.3 Questionário voltado aos gestores de UCs

Este questionário de treze questões foi disponibilizado no endereço eletrônico <http://www.esalq.usp.br/corridadeaventura/?q=gestores> (anexo D).

As questões iniciais procuraram estabelecer o tempo de experiência dos gestores neste cargo e o que consideram importante ser avaliado em uma solicitação de evento de Corrida de Aventura.

Seguiram três questões relativas ao conhecimento e opinião dos gestores sobre os impactos socioambientais que podem decorrer de eventos de Esporte de Aventura e as duas questões finais, como nos demais questionários, permitiam dar uma opinião sobre a pesquisa.

4.3 Testes piloto

Após a aprovação do método de pesquisa pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, o questionário dos atletas passou por um teste piloto para verificar a adequação da linguagem. Este ocorreu vinculado a um evento de Corrida de Montanha de 21 km na APA Cairuçu, no município de Paraty/RJ, em Junho de 2015, do qual a pesquisadora participou como atleta.

A escolha pelo teste piloto com corredores de montanha se deu pelo fato de terem um perfil similar ao dos corredores de aventura, e poderem assim responder o questionário sem comprometer efetivamente uma parcela dos respondentes-alvo: os corredores de aventura. Mas devido às diferenças entre estes dois tipos de corredores, eles foram orientados a responder algumas questões apenas para efeito de preenchimento, já que não teriam como responder verdadeiramente devido à natureza das questões.

Os objetivos do teste piloto foram verificar a adequação da linguagem e se as questões estavam compreensíveis ou de difícil interpretação. Ao final, serviu também para verificar que a abordagem dos sujeitos pela *internet* com o questionário para autopreenchimento tinha potencial para ser mais eficiente neste caso, pois nos momentos pré-corrida os atletas ficaram ansiosos e concentrados, e no pós-corrida, cansados ou eufóricos, de difícil abordagem. Por essa razão na ocasião deste evento apenas dois atletas foram entrevistados *in loco*.

Posteriormente, três questionários foram enviados por e-mail para atletas que disponibilizaram seu endereço eletrônico no dia do evento.

No caso do teste piloto do questionário para gestores de unidades de conservação, uma estratégia similar foi utilizada: como o público-alvo da pesquisa eram gestores de Parques Nacionais, foram enviados questionários por e-mail a gestores de Parques Estaduais para testar a aplicabilidade do questionário sem comprometer as respostas do público-alvo.

Não foi realizado teste piloto específico para o público de organizadores das Corridas de Aventura, pois o questionário era muito similar ao dos demais grupos.

4.4 Análise de dados

Devido à natureza desta pesquisa, exploratória e descritiva das práticas de gestão de eventos de Corrida de Aventura no Brasil, a maior parte das análises dos resultados se deu por estatística descritiva (tabelas, gráficos, diagramas de caixa, frequências e extremos).

Adicionalmente, algumas questões foram analisadas de forma comparativa com ferramentas estatísticas não paramétricas: o Teste de Friedman e o Teste Binomial.

O Teste de Friedman é análogo ao ANOVA com blocos aleatorizados, mas sem a suposição de normalidade da distribuição amostral. É um teste não paramétrico utilizado para comparar dados amostrais vinculados, ou seja, quando o mesmo indivíduo é avaliado mais de uma vez, como no caso desta pesquisa em que o mesmo indivíduo dava sua avaliação sobre vários fatores (SEWARD; DOANE, 2014).

Uma vez que se trata de um delineamento de estudo no qual o mesmo sujeito produz resultados em diversas situações, é possível comparar os resultados dos sujeitos através das situações no sentido de verificar em que situação se obtém resultados semelhantes ou diferentes estatisticamente (SEWARD; DOANE, 2014).

Quando os resultados são semelhantes estatisticamente, ficam agrupados pelo Teste de Friedman sob letras em comum, e quando diferem estatisticamente, sob letras diferentes.

O Teste Binomial aplica-se a amostras que provém de uma população ou situação onde o número de casos observados pode ser representado por uma variável que tenha distribuição binomial (ex. cara ou coroa, sucesso ou insucesso, e, no caso deste trabalho, questões dicotômicas com respostas “sim” e “não”).

Para este teste quando $p < 0,05$ existe diferença estatística (SILVA; CÂMARA, 2001).

As análises não paramétricas foram realizadas no *software* SAS (*Statistical Analysis System*) e os gráficos e tabelas descritivos no Excel.

5 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

5.1 Corridas de Aventura: história, atletas, e organizadores

A história das origens das Corridas de Aventura é relativamente controversa com alguns autores creditando seu surgimento ao início da década de 1980 na Nova Zelândia (KAY; LABERGE, 2002; PATERSON, 1999), e outros ao final de 1980 também na Nova Zelândia (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009; SPINK et al., 2005). No Brasil o primeiro evento do gênero foi a Expedição Mata Atlântica, em 1998 (ALVES; ALMEIDA JÚNIOR, 2009), que contou já na época com trinta equipes participantes.

Há ainda quem credite o surgimento das Corridas de Aventura ao francês Patrick Bauer que em meados de 1980 percorreu mais de 300 km a pé no deserto do Sahara, e posteriormente criou a *Marathon de Sables*, que atualmente acontece no Marrocos e dura em média sete dias com um percurso de 230 km a pé (BITENCOURT; AMORIM, 2006).

Entretanto, seja qual for a origem ou origens do esporte, o ponto comum dos eventos de Corrida de Aventura é o espírito aventureiro e expedicionário dos atletas participantes, e o desejo de testar seus limites físicos e mentais em um meio natural (BITENCOURT; AMORIM, 2006; NEWSOME, 2011).

As modalidades esportivas que integram as competições de Corrida de Aventura estão diretamente relacionadas à natureza. Alguns exemplos são a orientação por meio de bússolas e mapas, o *trekking*, a equitação, o rapel, a natação em águas abertas, a canoagem, o canionismo, a escalada, o *rafting*, a *mountain bike*, e outras, que são selecionadas e adaptadas às competições conforme os critérios da empresa organizadora e das condições geográficas locais (BITENCOURT; AMORIM, 2006).

Os organizadores destes eventos são em alguns casos empresários que praticavam o esporte no exterior e trouxeram a novidade ao Brasil (FERREIRA, 2003; BITENCOURT; AMORIM, 2006), e em outros são profissionais da Educação Física e do Esporte que veem na atividade uma boa oportunidade profissional.

Os atletas, muito mais pesquisados pela área acadêmica em relação às suas motivações para a prática (FERREIRA et al., 2005, Mc MASTER, 2003; MURADÁS; BURGOS, 2008), perfil psicológico, socioeconômico (FERREIRA et al., 2005), e nutricional (MURADÁS; MATTOS, 2009), são pessoas que normalmente já praticavam algum esporte ao ar livre e apreciavam o contato com a natureza.

Um exemplo desta realidade é o relato de um sujeito-atleta, pós-graduando em Ciências Biológicas, na pesquisa de mestrado de Ferreira (2003):

As corridas de aventura originaram-se das atividades de aventura [...] Acho que todo mundo que participa de corridas de aventura, já fazia algum tipo de esporte outdoor, ou fazia alguma atividade relacionada à natureza, seja ela uma caminhada, um “role” de bike, ou pegar a prancha para surfar umas ondas no litoral [...].

Alves e Almeida Junior (2009) encontraram que com relação aos atletas participantes das Corridas de Aventura não existe ainda uma homogeneidade de perfil, embora a tendência observada pelos autores tenha sido a de uma crescente participação de atletas profissionais, principalmente em corridas de grande porte como a *Ecomotion*. Todavia, há também atletas que têm patrocínio, mas exercem outras atividades profissionais, equipes formadas por amigos sem patrocínio que já praticavam alguma atividade de aventura por lazer, e atletas amadores motivados por modismos que são integrantes normalmente de classes com alto poder aquisitivo e buscam algo novo para consumir.

5.2 Uso Público Recreativo e Esporte de Aventura: perspectivas educacionais

A princípio pesquisar o fenômeno social do Esporte em sua dimensão “eco”, ou de aventura, no âmbito da Ecologia, pode parecer deslocado a pesquisadores e especialistas de outras áreas do conhecimento humano. Entretanto, a Educação Física tem como um de seus eixos de investigação científica e atuação profissional o campo do Lazer (FIGUEIREDO; SCHWARTZ, 2013; MORAES; DEUS INÁCIO, 2011).

O Lazer é um fenômeno social dos mais relevantes nas sociedades modernas e está no cerne de debates interdisciplinares sobre a centralidade do trabalho na vida humana e sobre a ocupação e usufruto do tempo e dos espaços (DUMAZEDIER, 2008; SESC, 2014). O lazer quase sempre é definido como uma ou mais atividades que o homem exerce durante seu tempo de folga, depois de cumprir com suas obrigações profissionais, familiares e de sobrevivência (DUMAZEDIER, 2008). De acordo com Medeiros (1975) a palavra vem do latim *licere*, ser permitido, ou seja, ser lícito escolher a maneira de aproveitar o tempo disponível.

Uma das interfaces da Educação Física e do Esporte com a Ecologia emerge justamente da questão do uso de espaços naturais para lazer na forma de atividades físicas. A este respeito no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), criado através da Lei nº 9.985 de julho de 2000, estabeleceu dentre as categorias de Unidades de

Conservação espaços que podem ser destinados para usufruto público onde atividades recreativas ao ar livre são permitidas (BRASIL, 2000). Estas atividades podem ter grande variação, desde atividades contemplativas até aquelas onde é necessário alto desempenho físico.

Na área acadêmica do Esporte e da Educação Física são muitos os termos que vêm sendo utilizados para representar as interações entre homem e natureza. E mesmo pesquisadores destas áreas utilizam nomenclaturas diferentes: atividades de aventura na natureza (MARINHO, 2004) e práticas corporais na natureza (INÁCIO et al., 2005), entre outras.

Por exemplo, Betran (1995) definiu como AFAN as Atividades Físicas de Aventura na Natureza que não comportam a concepção de competitividade, regulamento e institucionalização do conceito de Esporte moderno (BARBANTI, 2011). São atividades de caráter recreativo e lúdico, permeadas por aspectos imaginários, cuja motivação para a prática é extremamente variável e pessoal, ainda que tenha em comum a busca por contato e sensações junto à natureza.

Atualmente o Ministério do Turismo enquadra esse tipo de uso público no segmento turístico do Turismo de Aventura, como se observa em seu marco conceitual:

O Turismo de Aventura engloba movimentos turísticos decorrentes da prática de atividades de aventura de caráter recreativo e não competitivo. Destacam-se atividades como o arvorismo, o ciclismo, atividades equestres, atividades em caverna, o bungee jump, o cachoeirismo, o canionismo, o montanhismo, a tirolesa, a boia-cross, o rafting, a canoagem, o mergulho, a asa-delta, o balonismo, o parapente e outras.

(BRASIL, 2014)

E adaptando o conceito de Esporte moderno para o Esporte de Aventura (que é ainda outra forma possível de uso público em Unidades de Conservação) pode-se entender o Esporte de Aventura como o conjunto de atividades físicas praticadas em ambientes naturais de forma institucionalizada e regulamentada por meio de competições. As modalidades esportivas que fazem parte deste tipo de uso público também podem variar: competições de Corrida de Aventura, Corrida de Montanha, Corrida de Orientação, escalada, *mountain bike*, triatlo de aventura, etc.

Nesse sentido também Kay e Laberge (2002) apontaram que a característica que distingue as Corridas de Aventura de outras atividades de recreação ao ar livre é a competição, pois embora seja possível praticar as modalidades esportivas que compõem uma Corrida de Aventura separadamente (como inclusive fazem os corredores de aventura para treinar para as competições), a Corrida de Aventura em si só é praticada nas competições.

Portanto, enquanto um esporte competitivo que combina diferentes modalidades em áreas naturais, as Corridas de Aventura são um esporte de aventura e diferem das Corridas de Montanha, que também ocorrem em áreas naturais, porém apenas com a modalidade de corrida a pé (CBAAt, 2014).

Elas diferem também do Triatlo de Aventura que, como o triatlo regular (ou de estrada), é um esporte composto por apenas três modalidades fixas – natação, ciclismo e corrida – embora praticado em águas abertas e trilhas (CBTri, 2014).

No Brasil o evento mais tradicional de triatlo de aventura é o XTerra (XTerra, 2014) que apesar da sua popularidade parece não ter a conservação do ambiente como conteúdo do planejamento de prova.

Conversas informais com Guarda-Parques de duas Unidades de Conservação por onde passam eventos XTerra, o Parque Estadual do Cunhambebe (Angra dos Reis, RJ) e a Reserva Ecológica da Juatinga (Parati, RJ), revelaram que “atualmente a organização do XTerra não realiza a limpeza dos resíduos das provas, como fitas e outras sinalizações de percurso, deixando os mesmos no meio da mata”².

Exemplos de impactos negativos da recreação ao ar livre como este vêm estimulando desde a década de 1960 o aumento de pesquisas na linha da *Recreation Ecology*, traduzida literalmente neste trabalho como Ecologia da Recreação apesar de ser uma ciência que ainda não encontra equivalente literal na academia brasileira.

A Ecologia da Recreação se ocupa da análise dos impactos em ambientes naturais decorrentes do uso público recreativo (HAMMIT; COLE, 1998; LIDDLE, 1997), e estes no Brasil vêm sendo pesquisados em linhas de pesquisa diversas como a Ecologia de Solos, a Ecologia Vegetal, a Ecologia Aplicada e outras.

As pesquisas conduzidas inicialmente na linha da Ecologia da Recreação eram de caráter qualitativo-descritivo, e num segundo momento através de análises quantitativas e experimentais conseguiram demonstrar o potencial impactante de atividades e esportes de aventura em ambientes naturais (LIDDLE, 1997).

Em outro viés de pesquisa, um crescente corpo de estudos versando sobre os impactos positivos das atividades recreativas e esportivas ao ar livre surgiu apontando seu potencial como promotoras de educação ambiental e da construção de valores e condutas pró-

---

² Relato pessoal de Guarda-Parques (INEA/RJ).

ambientais (BRUHNS, 1997, 2003; FIGUEIREDO; SCHWARTZ, 2013; KUNREUTHER, 2011).

Os autores acima referidos acreditam que as atividades desporto-recreativas ao ar livre criam, além da oportunidade de conhecimento do ambiente, um vínculo afetivo que estimula positivamente a conservação do meio natural.

No caso dos Esportes de Aventura onde o aspecto competitivo pode impedir um olhar mais contemplativo sobre o ambiente (NEWSOME, 2014), este vínculo afetivo seria talvez o aspecto mais importante capaz de fomentar atitudes pró-conservação.

Marinho (2001), em tese de mestrado sobre a escalada esportiva, concluiu que experiências como a escalada (que pode fazer parte das Corridas de Aventura) são impregnadas de sensibilidades, e que a vivência destas sensibilidades "se faz necessária para conduzir os seres humanos a diferentes formas de comunicação com o meio".

A autora também descobriu que dentro do grupo estudado de escaladores surgiu uma ética diferenciada, específica do grupo. Ela a descreve como uma ética baseada no respeito e na “não dominação”, tanto entre os escaladores quanto por parte dos mesmos com o ambiente em que praticavam sua atividade esportiva.

É possível perceber esse tipo de ética também entre alguns praticantes das Corridas de Aventura, segundo depoimentos presentes na tese de mestrado de Ferreira (2003). Alguns atletas relataram que durante a corrida sentem-se parte de “algo maior” e têm uma sensação de pertencimento ao meio natural em que estão inseridos, o que pode criar um entendimento diferente sobre a importância da conservação da natureza para estas pessoas.

O mesmo tipo de relação positiva entre atleta e natureza foi observada por uma espectadora de uma Corrida de Aventura no município de Socorro, no Estado de São Paulo:

Percebi uma relação de muita proximidade entre o esportista e a natureza, uma vez que o campo, a mata, a montanha, o rio compõem o cenário da prova. E a prática esportiva na natureza leva os atletas a se preocuparem mais ainda com a preservação da flora, da fauna. A buscarem uma aproximação maior com o meio ambiente [...].

(ADVENTUREMAG, 2015 c)

De qualquer forma essa intenção ou preocupação com questões ambientais não tem sido comprovada. Parece ter mais relação com o perfil do praticante da atividade, que possui afinidade com ambientes naturais, do que com uma modificação direta do seu comportamento após o envolvimento com as atividades de aventura.

E é possível também que o corredor de aventura, tal qual outros tipos de ecoturista, como destacou Swarbrooke (2000), se preocupe em não causar impactos negativos importantes ao meio, mas não perceba que sua própria presença e atividade em alguns casos

específicos, como o de ambientes menos resilientes ou períodos de reprodução de espécies ameaçadas, possa causar impactos ambientais.

Marinho e Inácio (2007) acrescentam ainda que nas práticas corporais na natureza muitas vezes acontece um esgotamento indireto, ou seja, o ecossistema propriamente dito não se esgota (ex. cachoeira, rio ou caverna), mas alguns de seus elementos constituintes, como a fauna e flora, começam a desaparecer, o que no longo prazo pode causar desequilíbrios ambientais maiores se as devidas ações de manejo da visitação não forem tomadas.

5.3 Projetos e regulamentos voltados à sustentabilidade das Corridas de Aventura

Esta seção discute itens de regulamentos de Corridas de Aventura e de outros eventos esportivos de aventura realizados no Brasil e no exterior buscando apontar ações de cunho socioambiental que tenham sido utilizadas como estratégias de prevenção, manejo e compensação dos possíveis impactos decorrentes destes eventos.

Neste sentido a história das Corridas de Aventura no Brasil não iniciou de forma negativa, pois o primeiro evento do gênero realizado no país, a Expedição Mata Atlântica “Ilha Bela – Caraguatatuba” em 1998, exigiu das equipes participantes a limpeza das trilhas que compuseram o percurso de prova nos núcleos Caraguatatuba e Ilha Bela do Parque Estadual da Serra do Mar (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Na edição de 1999 da Expedição Mata Atlântica realizada no PETAR – Parque Estadual Turístico do Alto do Ribeira (SP), as equipes participantes tiveram que apresentar no ato da inscrição um projeto socioambiental para ser implantado nas regiões de entorno do parque. O projeto deveria apresentar sugestões para o desenvolvimento sustentável, recuperação ou revitalização de áreas e/ou comunidades do entorno (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Além disso, as equipes deveriam se comprometer a colaborar voluntariamente em um trabalho de campo na região a ser realizado em data anterior ao início da prova. Os melhores projetos apresentados foram selecionados pela organização do evento, juntamente com o Instituto Florestal, para aplicação na região da competição (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Já na edição de 2000 da Expedição Mata Atlântica realizada de Parati à Ubatuba, as 33 equipes participantes tiveram que executar 50 km de limpeza em uma estrada que interligava os parques integrantes do percurso de prova, e realizaram também a doação de materiais

escolares, medicamentos, cobertores, capas de chuva e galochas para comunidades locais (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Também foram doados equipamentos de segurança, comunicação e divulgação para os parques integrantes do percurso, como GPS, rádios HT, macas, ataduras e panfletos para a promoção dos Parques (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Na edição de 2001 da Expedição Mata Atlântica, realizada desta vez em outro bioma, na Amazônia, as equipes participantes tiveram que doar medicamentos padronizados pela organização para a comunidade de Alter-do-Chão (PA), e para essa mesma comunidade foram feitas palestras nas escolas sobre coleta de lixo seletiva (EMA, 2002 apud. FERREIRA, 2003).

Destes exemplos é possível notar o esforço da organização da Expedição Mata Atlântica (EMA) em realizar projetos de cunho socioambiental que possibilitassem algum tipo de auxílio às comunidades e unidades de conservação envolvidas com as Corridas de Aventura. Ainda que tais iniciativas possam ser criticadas como projetos assistencialistas de pequeno porte, caracterizam ações que possuem um mínimo de responsabilidade socioambiental para com as comunidades e territórios em questão.

E apesar de tais projetos poderem ser vistos também como estratégias de promoção para melhorar a imagem dos eventos esportivos e das equipes organizadoras, são iniciativas indispensáveis e que devem ser somadas a outras na procura pela organização de eventos menos impactantes de forma negativa.

Outro exemplo de Corrida de Aventura que acontece no Brasil é o Circuito de Corridas de Aventura Chauás, com três etapas anuais, que acontece em Bertioxa (SP), na Serra da Mantiqueira (SP) e em Juquiá (SP). A organização também exige das equipes participantes o comprometimento em prestar auxílio às comunidades locais, embora no regulamento não esteja claro que tipo de ação é solicitada (CHAUÁS, 2013).

O regulamento destas provas no item 2 da seção de penalidades dispõe que:

Comportamento inadequado ou atentatório, degradação da fauna e flora locais, destruição de equipamentos e instalações pertencentes à ORGANIZAÇÃO ou terceiros, e/ou sabotagem incorrerão na desclassificação da equipe inscrita à qual pertence o infrator, além da responsabilidade civil e criminal do ato. Casos brandos de degradação incorrerão em penalização.

(CHAUÁS, 2013)

Já o item 6 do código de penalidades determina que: “Qualquer tipo de lixo indevidamente disposto incorrerá em penalização da equipe” (CHAUÁS, 2013).

É interessante observar no item 2 a preocupação da organização deste circuito de Corrida de Aventura com a degradação do patrimônio natural e material, embora alguns aspectos não fiquem claros como, por exemplo, como é feita a medida de intensidade dos impactos ambientais que levam um ato a ser considerado brando ou grave.

O regulamento do campeonato mundial de Corrida de Aventura que aconteceu no Brasil em 2015 no Pantanal, o *AR World Championship*, discrimina claramente os níveis de intensidade da degradação ao meio-ambiente através de um sistema de cores:

7. Meio Ambiente: as equipes deverão tratar o meio ambiente e a paisagem do percurso com respeito, deixando os mínimos vestígios de sua passagem.

7.1. Todo lixo deverá ser carregado para fora do percurso da prova e descartado nos locais apropriados (tais como latas de lixo). [AZUL]/ [AMARELA]

7.2. Todo lixo produzido por uma equipe em uma AT- área de transição deverá ser descartado em recipiente apropriado, caso seja oferecido pela Organização, ou carregado junto com o equipamento das equipes para que seja descartado em local apropriado. [AZUL]/ [AMARELA]

7.3. Não se deve acender fogueira, a não ser que haja uma emergência ou aprovação da Organização. [AZUL]

7.4. Respeite os animais selvagens e domésticos, e interfira o mínimo possível. [AZUL]

7.5. Caso um atleta necessite defecar, deve fazê-lo em um banheiro. Quando isso não for possível, isto deve ocorrer longe de cursos d'água e as fezes devem ser enterradas. [AZUL]

7.6. Adote a atitude de mínimo impacto sobre a vegetação, de maneira apropriada para proteger o meio ambiente. [AZUL]

(AR WORLD CHAMPIONSHIP, 2015b)

As cores designadas ao lado das possíveis infrações representam a severidade das mesmas, e significam:

10.4.2. Penalidades [AZUIS] são as menos severas, e aplicadas em caso de pequenas infrações ou erros administrativos da equipe. Normalmente são uma penalidade de tempo entre 30 minutos e 2 (duas) horas, conforme determinado pelo Árbitro de Prova ou Diretor de Prova.

(AR WORLD CHAMPIONSHIP, 2015b)

Já a penalidade amarela que pode ser atribuída ao descarte inapropriado de lixo (conforme os itens 7.1 e 7.2) representa:

10.4.3. Penalidades [AMARELAS] são mais severas e aplicadas para infrações mais significativas, ou no caso da aplicação de uma segunda penalidade AZUL. Normalmente são uma penalidade de tempo entre 2 (duas) a 6+ (seis ou mais) horas, conforme determinado pelo Árbitro de Prova ou Diretor de Prova.

(AR WORLD CHAMPIONSHIP, 2015b)

O código de penalidade deste evento conta com três níveis de severidade, sendo que as penalizações para transgressões ao meio ambiente não se enquadram como as mais graves (cor vermelha), apenas como leves e moderadas, respectivamente azuis e amarelas.

Não se sabe como foi construída a classificação e os critérios destas penalidades, mas sob uma análise socioambiental mais profunda poderia se afirmar que a presença de fezes humanas e fogueiras representam problemas ambientais mais relevantes do que a presença de

material descartado. No entanto, a presença de lixo representa uma imagem negativa e facilmente visualizada que pode passar uma péssima impressão dos organizadores para o público geral e refletir na imagem dos patrocinadores.

Por outro lado, o Circuito Aventure-SE de Corridas de Aventura do Estado do Sergipe (SE) no ano de 2015 sequer incluiu entre as penalidades do seu regulamento geral itens relativos a ações desrespeitosas ou danosas ao meio ambiente, conforme os artigos de penalização reproduzidos na sequência:

DA PENALIZAÇÃO ou DA DESCLASSIFICAÇÃO:

Art. 18º - À equipe que receber ajuda externa fora dos pontos de apoio determinados pela organização;

Art. 19º - À equipe que não obedecer à sequência cronológica dos PC's e seguir adiante na prova;

Art. 20º - Cometer atitudes antidesportivas, agressivas e/ou destrutivas;

Art. 21º - Usar qualquer transporte não autorizado pela organização para progredir, ou avançar na competição;

Art. 22º - Usar mapa não autorizado;

Art. 23º - Usar guia local para conduzir a equipe, ou integrante para obter vantagem;

Art. 24º - Agredir moral, ou fisicamente algum participante da corrida ou pessoas naturais da região;

Art. 25º - Desistir da prova.

(AVENTURE-SE, 2015)

Já a 10ª Corrida Papaventura, realizada no município de Venâncio Aires no Rio Grande do Sul em 2015, inseriu não como penalidades, mas como deveres e direitos do atleta participante as seguintes condições:

4. Direitos e Deveres dos Participantes.

4.1 Dos Direitos:

[...]

Exigir responsabilidade ambiental, social e cultural para com toda a comunidade local e com todos os participantes, equipes, organização, imprensa e demais integrantes do evento em questão.

4.2 Dos Deveres:

[...]

Respeitar e conservar os ambientes compartilhados no desenvolvimento das atividades ao ar livre, visando usufruí-los de maneira sustentável e buscando minimizar ao máximo todo e qualquer impacto socioambiental gerado antes, durante e depois do desenvolvimento das atividades.

(INSTITUTO PAPAVENTURAS, 2015)

Uma Corrida de Aventura organizada pela Associação de Montanhismo do Noroeste Fluminense (AMNF) em 2010, a 1ª Corrida de Aventura de Itaperuna, teve por sua vez dois itens de penalidade em seu regulamento de prova bastante rígidos com relação a atitudes potencialmente nocivas ao meio ambiente:

14. PENALIDADES: 14.1. Nenhuma pessoa envolvida na prova poderá fazer fogueiras durante a realização da mesma, salvo as autorizadas pelos fiscais de prova. Também não será permitido o corte de árvores, arbustos, ou outra vegetação para quaisquer fins. A preservação da natureza e sua melhoria deve ser uma meta maior do que qualquer resultado na corrida. A punição será a desclassificação.”

“14.2. É proibido jogar lixo de qualquer espécie na mata ou em áreas públicas, principalmente embalagens de alimentação, detritos industrializados e não degradáveis. É obrigação de todos os participantes da prova recolher o lixo que encontrarem pelo caminho, mesmo sendo ele de outra equipe ou de outra origem. A punição será a desclassificação.

(AMNF, 2010)

Outra prova com punição para atletas que descartam lixo sólido no percurso foi a *El Cruce 2014*, uma Corrida de Montanha realizada em três dias com percurso de 100 km atravessando a Cordilheira dos Andes entre Chile e Argentina (EL CRUCE, 2014).

Em seu regulamento também não fica claro como a fiscalização deveria ser feita (se por fiscal da prova, guarda florestal, ou mediante a apresentação de fotos tiradas por equipes adversárias), mas tratou-se de uma ação integrada ao evento e um exemplo de caminho a explorar para melhorar a qualidade dos eventos de esporte de aventura e do uso público recreativo em áreas naturais protegidas.

5.4 Consumo e Qualidade

Segundo LEWIS e BRIDGES (2004) e OLIVER (1999) o acesso à informação foi a partir da segunda metade do século XX e figura novamente no século XXI como um fator de transformação do consumidor.

O consumidor que já adquiriu o que *precisa* de acordo com a Pirâmide de Maslow (MASLOW, 1998), que elenca os desejos humanos a partir de uma perspectiva de necessidades, ou seja, aquele consumidor que já satisfaz suas necessidades fisiológicas básicas (alimentação, descanso, etc.) e de segurança (moradia, segurança financeira, etc.), passa então a ter a possibilidade de consumir os bens e experiências que, segundo ele próprio, lhe proporcionarão uma vida mais feliz, bem-estar e *status* social.

O Esporte de acordo com o cenário proposto pela Pirâmide de Maslow (MASLOW, 1998) se enquadra do terceiro patamar da pirâmide (o das necessidades sociais) para cima (necessidades de estima e auto-realização). Isto porque apesar da prática esportiva ser benéfica à saúde, se comparada à necessidade de alimentação ou sono, por exemplo, ela é dispensável, o que torna a demanda pelo Esporte extremamente elástica para todas as camadas sociais, mas notadamente para as mais baixas (BARTOLETTI, 2010).

Para este consumidor que compra do terceiro patamar da pirâmide para cima, o diferencial e a qualidade dos produtos e serviços tornou-se primordial na escolha por qual bem ou experiência comprar. Isso obrigou as indústrias de modo geral a procurarem e implementarem formas de garantir a diversificação e qualidade dos seus produtos ou serviços. As certificações dos sistemas de gestão e de produtos, a exemplo das séries ISO, foram uma forma de atingir o objetivo de garantia da qualidade como um diferencial (MONTEIRO, 2012).

Mas além de primar pela qualidade dos produtos e serviços que utiliza, o consumidor passou a ter maior acesso a informações que norteiam o processo de compra e de produção, seja pelo uso da internet ou de meios mais tradicionais de veicular a informação, e assim pôde passar a comparar preços e opiniões a respeito dos produtos e serviços, e até mesmo identificar as origens destes (MONTEIRO, 2012).

O acesso à informação tornou o consumidor um indivíduo muito mais ativo no mercado, não apenas sujeito ao que este oferece, mas capaz de influenciar a demanda. A partir do momento em que as origens dos produtos e a qualidade do trabalho e do processo de produção chegam ao consumidor ele pode se tornar um “consumidor-ativista”, muito mais político e consciente das suas escolhas por bens e serviços (MONTEIRO, 2012).

No caso dos eventos a série ISO (*International Standardization Organization*), mundialmente conhecida desde 1947, percebeu a necessidade de criar um selo de qualidade voltado à gestão ambiental, o ISO14000, e, desde 2012, um selo voltado à qualidade da organização de eventos sustentáveis: ISO20121.

A ISO reconheceu que eventos de modo geral, independentemente do tipo, impõe pressões sobre os recursos naturais e humanos, como a produção aumentada de lixo, o aumento do uso de recursos hídricos e energéticos, e por vezes conflitos com comunidades locais (ISO, 2015).

A série ISO20121 foi desenhada para permitir a adequação de eventos de diferentes tipos e tamanhos a padrões aceitáveis de qualidade e impacto econômico, social e ambiental (ISO, 2015). A série foi criada com informações de diferentes grupos de interesse, entre os quais representantes da indústria de eventos e organizações não governamentais.

A equipe de sustentabilidade dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Londres (2012), por exemplo, foi uma das fontes de informação para o desenvolvimento da série *ISO 20121:2012 - Event sustainability management systems*, e uma das primeiras a testar o sistema.

A ISO20121 oferece orientações para a organização de eventos menos impactantes de forma negativa. Segundo o sistema, todo grupo de interesse envolvido na organização de um evento pode repensar atitudes para minimizar os impactos negativos e os custos (financeiros, ambientais e sociais) frequentemente atrelados a estes impactos.

De ações simples como fornecer água para que os atletas encham suas próprias garrafas ou mochilas de hidratação durante as corridas (de forma a evitar o acúmulo de lixo plástico dos copos de água) até pensar o local e data para eventos menos impactantes, como postula o *website* da ISO: “*every action counts*”.

A série ISO20121 enquanto um sistema de gestão para a qualidade e sustentabilidade dos eventos deve ser integrada a todos os processos da organização e não apenas como “algo a mais para agregar ao evento”. É um componente que atua em todos os níveis e processos da organização como ilustra a figura 4.

Figura 4 - Sistema de Gestão PDCA para Eventos Sustentáveis da ISO 20121

Adaptado de: <https://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso:20121:ed-1:v1:en>

Para efeito de maior entendimento da ilustração do modelo da ISO20121 cabe uma explicação com termos definidos no *website* da instituição (ISO, 2015). Em primeiro lugar o

modelo se baseia no Ciclo de Shewhart (ou PDCA), elaborado pelo estatístico W. E. Deming como uma ferramenta para a melhoria contínua dos processos de uma organização.

O PDCA é um modelo de gestão flexível que permite alterações ao longo do tempo em todos os seus quatro níveis: *Plan* (Planejamento), *Do* (Execução), *Check* (Controle) e *Act* (Ação sobre as etapas anteriores, ou seja, correção).

Na ISO20121 como ilustra a figura 4, a etapa de planejamento consiste na identificação das partes interessadas na organização do evento (grupos de interesse), na determinação das políticas de sustentabilidade da empresa (de acordo com diretrizes e leis externas), na designação das funções e responsabilidades dentro da organização, e na identificação e avaliação de questões-problema (potenciais impactos) envolvendo todos os grupos de interesse para que seja possível formular planos de ação para resolvê-los ou amenizá-los.

Na etapa de execução, o sistema ISO20121 dá ênfase à manutenção da comunicação interna e externa à empresa, mantendo a transparência dos processos, e à criação de documentos e procedimentos de controle das etapas de organização dos eventos, que possam no seguinte momento de controle (*Check*) servir como parte das evidências a ser avaliadas numa auditoria, por exemplo.

Por fim, na etapa de ação (*Act*) do Ciclo de Shewhart as não conformidades encontradas nas etapas anteriores de planejamento e organização dos eventos deverão ser repensadas e corrigidas visando a maior sustentabilidade da organização de eventos.

O próprio conceito de sustentabilidade, diverso, abstrato e ambíguo em suas muitas definições é para a ISO:

[...] o grau de desenvolvimento econômico da atividade em questão que atinge aos objetivos propostos pela organização e não compromete futuras gerações no alcance dos mesmos objetivos e necessidades.

(ISO, 2015)

Portanto o selo da ISO20121 certifica a qualidade de eventos – esportivos, culturais, educacionais, e outros - organizados com o mínimo impacto econômico, social e ambiental, de forma que os consumidores tenham no selo a informação de que precisam para uma decisão de consumo embasada.

5.5 A Recreação é um serviço ecossistêmico?

Nesta penúltima seção da revisão bibliográfica está uma breve discussão sobre a recreação ser ou não um serviço ecossistêmico, dado que do ponto de vista mercadológico, como visto na seção anterior, não apenas os eventos de entretenimento, recreação, e esporte são serviços, como necessitam hoje de certificação de qualidade.

Do ponto de vista da ecologia, serviços ecossistêmicos geram benefícios, diretos ou indiretos, que o homem obtém a partir dos ambientes naturais (COSTANZA et al., 1997; DAILY, 1997; GROOT et al., 2002; UNEP, 2003). Os serviços ecossistêmicos só se tornam possíveis devido à existência das chamadas funções ecossistêmicas como a ciclagem de compostos orgânicos e as transferências de energia (DALY; FARLEY, 2004).

Nas palavras de Huetting et al. (1998) as funções ecossistêmicas são constantemente redefinidas em “serviços ecossistêmicos” à medida que apresentam algum valor utilitário à humanidade. Em outras palavras, uma função passa a ser considerada um serviço ecossistêmico quando ela apresenta o potencial de ser utilizada para fins humanos.

Desse modo as atividades econômicas e a qualidade de vida das sociedades humanas sempre estiveram intimamente relacionadas e dependentes dos serviços providos pelos ecossistemas.

Para fins de categorização e entendimento, os serviços ecossistêmicos foram classificados no *Millennium Ecosystem Assessment* da Organização das Nações Unidas (UNEP, 2005) em quatro classes descritas abaixo:

- Serviços de provisão (ou abastecimento): como o fornecimento de alimentos e água, de combustíveis, remédios, etc.
- Serviços de regulação: relacionados à capacidade dos ecossistemas se manterem e regularem os processos ecológicos cujas funções geram serviços ecossistêmicos. Como exemplos têm-se a manutenção da qualidade do ar, a regulação do clima, o tratamento de resíduos e purificação da água, etc.
- Serviços culturais: partem do princípio que a própria diversidade de ecossistemas produz uma diversidade cultural, e que as culturas resultantes fazem uso dos ecossistemas para manter suas tradições culturais, religiosas, recreativas e de produção de conhecimento. Como os serviços culturais estão intimamente ligados a valores e condutas humanas torna-se difícil estabelecer avaliações da sua provisão e limites ao seu uso uma vez que cada cultura constrói seu próprio conjunto de valores.

- Serviços de suporte: são ainda primários aos serviços de regulação e básicos para a produção dos demais serviços ecossistêmicos. Por exemplo, a formação dos gases atmosféricos, dos solos, a ciclagem dos compostos orgânicos e inorgânicos, etc.

Os serviços ecossistêmicos, todavia, podem ser classificados de outras maneiras. Norberg (1999) a partir de uma revisão da literatura propôs classificar os serviços ecossistêmicos em três categorias.

Na primeira estão inseridos os serviços (ex. sensação de aventura, beleza estética) e produtos (ex. lenha, mel, água) associados a determinadas espécies que os produzem ou auxiliam a produzir, e que dependem por sua vez de outras espécies dos ecossistemas para sua própria manutenção.

Na segunda, estão os serviços que regulam a entrada de compostos externos físicos ou químicos aos ecossistemas, como o tratamento de resíduos e purificação da água, de forma similar à classificação dos serviços regulatórios da *Millennium Ecosystem Assessment* (UNEP, 2005).

E por fim, a terceira categoria inclui os serviços relacionados à organização das comunidades bióticas ex. (distribuição geográfica e teias alimentares) e à organização biológica dos componentes ecossistêmicos (ex. organização de genes, organização de elementos e compostos químicos para a formação de novos elementos mais complexos). Estes serviços tão primordiais podem ser chamados de serviços de suporte, uma vez que alicerçam a geração dos demais.

Independentemente da classificação, mas partindo do pressuposto de que sim, as atividades recreativas ao ar livre têm valor humano agregado e geram benefícios apropriáveis pelo ser humano, tendo, portanto, utilidade antropocêntrica, elas seriam na definição de Huetting et al. (1998) serviços ecossistêmicos.

Periotto (2011) incluiu as atividades de Recreação e Turismo dentro da categoria de serviços ecossistêmicos de suporte, embora pela definição da *Millennium Ecosystem Assessment* (UNEP, 2005), elas estejam mais adequadamente incluídas como parte dos serviços ecossistêmicos culturais.

5.6 Estratégias de manejo para áreas naturais abertas à recreação

Por fim, serão aqui discutidas algumas estratégias de manejo para áreas naturais abertas à recreação já bem descritas na literatura para que na discussão desta pesquisa seja possível dispor sobre as implicações das Corridas de Aventura para o manejo das Unidades de Conservação.

As estratégias de manejo para a conservação de áreas naturais utilizadas com fins de recreação começaram a se fazer importantes e necessárias em meados do século XX quando, no pós-guerra, observou-se um aumento do uso público recreativo em áreas naturais protegidas nos Estados Unidos. Esse aumento da visitação levantou questões a respeito da necessidade de restrição do uso público recreativo para evitar impactos negativos significantes ao meio ambiente natural (WAGAR, 1964).

Antes disso, porém, já houve um registro no Sistema de Parques Nacionais Norte-americano do questionamento sobre quantas pessoas poderiam ser permitidas em uma área natural sem que isso acarretasse a destruição das características essenciais daquela área (SUMNER, 1936).

No pós-guerra muita importância e atenção eram dadas à questão da quantidade de indivíduos por área física de um parque ou reserva natural, porque essa era a forma de avaliar os impactos decorrentes de outras atividades econômicas de uso da terra e dos recursos naturais: pela quantidade de indivíduos animais ou vegetais que uma determinada área de terra conseguia manter sem prejudicar permanentemente suas características essenciais (WAGAR, 1946).

Por isso, o conceito de capacidade de carga foi na época adaptado para “capacidade de carga recreativa” de uma área natural, baseado na estimativa do número de indivíduos humanos que uma área recreativa poderia manter (WAGAR, 1946).

Em um segundo momento, porém, alguns profissionais e estudiosos da área da conservação ambiental começaram a ressaltar a importância da discriminação entre as atividades recreativas em ambientes naturais e outras atividades de uso da terra, uma vez que não apenas os aspectos físicos eram considerados pelos usuários de áreas naturais para recreação como determinantes da qualidade da sua experiência no ambiente natural (WAGAR, 1964).

O conceito de capacidade de carga recreativa de uma área natural passou, então, a englobar não apenas aspectos biofísicos do ambiente, mas também aspectos humanos e socioeconômicos, e em 1964 Wagar o definiu como a quantidade de uso recreativo que uma

área natural pode sustentar sem prejudicar a qualidade da experiência do visitante e o ambiente natural de forma permanente.

Por este novo conceito a capacidade de carga recreativa se tornou ambígua e difícil de definir dado que as expectativas para a qualidade da experiência recreativa são distintas entre pessoas, grupos de pessoas, e culturas.

Para entender o que Wagar (1964) compreendia por recreação e recreação ao ar livre, analisemos as definições que o autor adotava:

Recreação se refere às atividades criativas praticadas nos momentos de lazer que equilibram o organismo humano física e mentalmente.

(SLAVSON, 1946)

Recreação ao ar livre é a recreação característica de áreas não urbanas, rurais ou selvagens, que engloba uma infinidade de atividades de lazer como o pedestrianismo em trilhas naturais, a observação de pássaros e paisagens, piquenique, etc.

(WAGAR, 1964)

Na ocasião, a nova lógica adotada acerca da capacidade de carga recreativa não significava que o número de usuários não fosse importante nas questões de manejo e conservação das áreas naturais para recreação, apenas que não era o único fator a ser considerado.

A restrição do uso de uma área natural para recreação, seja na forma de restrição da quantidade de uso por pessoa ou restrição do número total de pessoas a visitar a área em questão, era justificável para Wagar (1974) se (i) a quantidade de pessoas ou de uso por pessoa fossem de fato as causas do impacto socioambiental ou (ii) se a restrição do uso representasse efetivamente a melhor escolha de manejo dentre as possíveis.

As possíveis outras estratégias de manejo sugeridas por Wagar (1964) eram o zoneamento das áreas naturais para recreação, a utilização de técnicas de arquitetura e engenharia nestas áreas (ex. construção de escadarias, corrimões e pontes com materiais locais), a persuasão do visitante, o uso de serviços interpretativos do ambiente, e o manejo da vida selvagem.

Abaixo segue uma breve descrição das estratégias sugeridas por Wagar (1964):

1. Zoneamento: o zoneamento se refere à divisão das áreas naturais em setores de uso recreativo de acordo com as características biofísicas e geográficas de cada área e com o potencial recreativo decorrente. Assim, espera-se setorizar diferentes tipos de

uso recreativo em diferentes áreas ótimas para esses usos diminuindo a competição por espaço para lazer e a interferência de uma atividade recreativa em outra (o que poderia diminuir a qualidade e a satisfação do visitante com sua experiência).

2. Engenharia: refere-se a práticas de arquitetura e engenharia que possibilitem a construção de caminhos e estruturas que auxiliem na diminuição dos impactos do uso público. Por exemplo, abrir trilhas ou se apropriar de trilhas já abertas que orientem o visitante para o destino desejado (um mirante, uma praia, etc.) evitando o pisoteio em áreas de vegetação, utilizar barreiras naturais (pedras, troncos, etc.) para delimitar áreas que este visitante deve evitar, seja por potencial de risco físico humano ou para manter uma área natural mais preservada.
3. Persuasão: é a estratégia que engloba tanto ações de educação ambiental como a aplicação de normas (leis ou regulamentos internos) para estimular um comportamento do usuário mais consciente e preocupado com os efeitos negativos que a visitação pode causar.
4. Serviços interpretativos: na linha da educação ambiental, englobam o uso de ferramentas como palestras, trilhas guiadas ou auto-guiadas, e atrações alternativas que estimulem diferentes e formas mais conscientes do uso público recreativo evitando as zonas de uso mais intenso.
5. Manejo da vida selvagem: a vida selvagem, entendida como as comunidades animais e vegetais, é uma das grandes atrações e motivações para a recreação ao ar livre, e da mesma forma que a interferência humana pode diminuir a quantidade de vida selvagem existem técnicas de manejo para conservá-las.

As alternativas de manejo do uso público e das áreas naturais propostas por Wagar (1964) corroboravam sua opinião profissional de que não apenas a restrição do uso cabe como estratégia de conservação para áreas naturais utilizadas com fins recreativos.

Mais recentemente Manning e Lime (1996) também ressaltaram a importância do manejo enquanto estratégia de conservação de áreas naturais abertas à recreação. Para estes autores não apenas o enfoque na quantidade de usuários ou na qualidade da experiência recreativa, mas também nos tipos e frequência das práticas de manejo são importantes para definir a capacidade de carga recreativa.

E em pesquisas ainda mais recentes Manning (2001, 2009) destaca que questões relacionadas a quanto impacto no ambiente é aceitável em decorrência da recreação devem ser respondidas caso a caso com base nos objetivos de gestão de cada área natural protegida.

Esta linha da gestão ambiental que o autor chama de “gestão pelos objetivos” engloba métodos de avaliação e manejo do impacto do uso público complementares à capacidade de carga.

O *Visitor Experience and Resource Protection (VERP)* é um destes métodos e foi elaborado pelo Serviço de Parques Nacionais norte-americano para ser aplicado no sistema de Parques Nacionais dos Estados Unidos (MANNING, 2001). A capacidade de carga neste método é estabelecida não apenas com base em avaliações do número de pessoas por área, mas com base nos objetivos de gestão de cada parque e em indicadores e padrões de qualidade da recreação ao ar livre e da qualidade dos recursos naturais.

Os indicadores são características do ambiente e/ou da recreação que podem ser medidos de forma a indicar se o impacto do uso público recreativo é aceitável ou não. Já o que indica se o impacto é aceitável são os padrões de qualidade. Tanto os indicadores quanto os padrões de qualidade aplicados a estes indicadores são selecionados e estabelecidos por profissionais da conservação ambiental e por visitantes.

Por isso nos novos métodos de gestão dos impactos da recreação ao ar livre significativa ênfase é dada às enquetes, pesquisas direcionadas aos visitantes por meio de questionários que buscam avaliar suas percepções sobre impactos causados pela visitação e sobre níveis considerados toleráveis de impacto e de qualidade do uso público.

Estas informações permitem aos profissionais envolvidos com a conservação de áreas naturais protegidas abertas ao uso público incorporar não apenas dados biológicos e geológicos, mas também humanos, na tomada de decisão pelos indicadores e formas de manejo mais apropriadas aos impactos do uso público na sua área de trabalho.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 Perfil da amostra de atletas

Apesar do planejamento e esforços em divulgar a pesquisa por meio de redes sociais, que hoje em dia mobilizam tantas pessoas, a amostra de dezenove respondentes atletas foi inferior ao esperado e inferior também ao número de inscritos em eventos de Corrida de Aventura, que pode variar, mas costuma ultrapassar as centenas (ADVENTUREMAG, 2015 a; AR WORLD CHAMPIONSHIP, 2015a).

Foi atribuído esse pequeno número de respondentes ao fato de muitas vezes as redes sociais não serem regularmente visualizadas, como acontece também com caixas de correio eletrônico, e ao fato de muitos atletas poderem ainda considerar pesquisas desta natureza uma ameaça à sua prática esportiva, mesmo que tenha havido esforços em explicar o contrário. Tal atitude dos atletas, se de fato verdade, reforça o desconhecimento da linha de pesquisa *Recreation Ecology* entre participantes de Corridas de Aventura.

Dos dezenove respondentes todos estavam entre os vinte e sessenta anos de idade, todos eram do gênero masculino, com exceção de uma respondente mulher, e a grande maioria era casada, como ilustra a figura 5.

Figura 5 – Quadro de Gráficos Demográficos I

Apesar de apenas atletas de seis estados brasileiros terem respondido à pesquisa, sabe-se que eventos de Corrida de Aventura acontecem em pelo menos onze das vinte e sete unidades federais do país (ADVENTUREMAG, 2015 b).

Dos respondentes, uma ligeira maioria vive nas capitais destes seis estados (52,6%).

Com relação ao perfil econômico foi utilizado o indicador “posse de plano de saúde privado” conforme a questão “5) Possui plano de saúde privado?” à qual 89,5% dos sujeitos respondeu que sim.

Com relação ao perfil profissional: 31,6% possuíam apenas a graduação completa, mas 52,6% possuíam pós-graduação completa e 5,3% pós-graduação incompleta (cursando), o que indica que na realidade 89,5% dos atletas entrevistados tinham ao menos o curso superior completo.

As áreas de formação e atuação profissional variaram muito, corroborando ao menos nesta pequena amostra, os achados de Alves e Almeida Junior (2009) que mencionam a ausência de homogeneidade de perfil entre os atletas corredores de aventura.

Na figura 6 se encontram as áreas de concentração dos cursos superiores e profissões relatadas.

Figura 6 – Quadro de Gráficos Demográficos II

No item “Outros” da área de curso superior incluíam-se Turismo, Medicina, Arquitetura, e Ciências Militares. Já no item “Outros” das profissões incluíam-se engenheiros, médicos, arquitetos e militares. De modo geral, a formação dos atletas pareceu refletir em sua atuação profissional, inclusive porque não houve nenhum respondente nesta amostra que tenha relatado competir profissionalmente com patrocínio.

O nível de experiência dos atletas em Corridas de Aventura também era variado, mas a grande maioria (89,5%) tinha mais que três anos de prática e destes 36,8% tinham mais de 10 anos de prática. Apenas um sujeito relatou menos de um ano de prática.

Isto pode sugerir um interesse maior de atletas experientes sobre as questões socioambientais relacionadas à gestão das Corridas de Aventura, embora não seja possível descartar que muitos outros atletas, novatos e experientes, não tenham visualizado o convite para participação nesta pesquisa.

Na questão 10 do questionário dos atletas foi pedido que classificassem suas motivações para a prática das Corridas de Aventura com a Escala de Likert (figura 7).

Figura 7 - Classificação de importância das motivações para a prática das Corridas de Aventura

As letras acima das colunas de avaliação dos fatores motivacionais representam os resultados da análise estatística com o Teste de Friedman ($p < 0,05$) que indicam que os fatores classificados sob as mesmas letras não diferem estatisticamente, ou seja, os dois primeiros fatores, “desafio físico” e “socialização”, tem igual importância estatística na avaliação dos atletas (“4 - importante”), e são similares ao fator “contato com a natureza” classificado sobre a sigla AB.

Este último guarda similaridade em importância com os dois primeiros fatores e com o último fator, “prazer e felicidade”, o qual se destaca na avaliação geral como o mais próximo do conceito “5- imprescindível” para a participação em uma Corrida de Aventura.

Embora possa ser argumentado que as primeiras três motivações da lista – desafio físico, socialização, e contato com a natureza – podem levar à quarta motivação - prazer e felicidade - fez-se importante saber quantos respondentes assinalariam a quarta opção como importante ou imprescindível, já que Dumazedier (2008) colocava a busca do prazer, da felicidade e da alegria como traços fundamentais do lazer das sociedades modernas.

Esta consideração pode parecer óbvia, mas reitera a importância das áreas naturais, dos serviços ecossistêmicos culturais que provêm, e das atividades recreativas que nelas são praticadas, neste caso as Corridas de Aventura, como direitos sociais.

E já que todo direito traz consigo um ou mais deveres, é necessário que os atletas e organizadores das Corridas de Aventura, enquanto visitantes de áreas naturais protegidas, tomem cuidados para que o exercício desta atividade de lazer não comprometa os demais objetivos das unidades de conservação.

6.2 Perfil da amostra de organizadores

Um problema similar ao encontrado com a abordagem dos atletas aconteceu com os organizadores de Corrida de Aventura, embora os convites a este segundo grupo tenham sido feitos por correio eletrônico pessoal ou institucional, e por telefone.

Trata-se do grupo mais importante para os resultados desta pesquisa uma vez que os organizadores podem ser mais efetivos na implantação de ações de planejamento voltadas à inserção da preocupação socioambiental nessa atividade esportiva.

Infelizmente, das trinta e cinco empresas organizadoras encontradas apenas oito, ou 23%, responderam. Destas 12,5% atuam no mercado das Corridas de Aventura há três anos, 50% atuam há mais de três e menos de dez anos, e 37,5% atuam no mercado há dez anos ou mais (figura 8).

Figura 8 - Tempo de mercado das empresas organizadoras de CAs

Assim como no caso dos atletas, isso mostra que uma grande maioria dos respondentes (87,5%) tem mais de três anos de envolvimento com as Corridas de Aventura, e que talvez esse maior tempo de experiência seja uma das razões para se interessarem por temas relacionados à sustentabilidade dos eventos.

Aqui não cabe justificar que os demais organizadores, novatos ou experientes, não tenham tido acesso ao convite da pesquisa, pois este foi feito por correio eletrônico pessoal ou

institucional, e por telefone, como já mencionado. Assim, era esperada uma maior taxa de participação devido ao contato personalizado.

Além do tempo de experiência no mercado da organização de Corridas de Aventura, foram questionadas quais as missões e valores destas empresas no intuito de verificar se já na definição empresarial e institucional eram encontradas menções à conservação do meio ambiente ou à sustentabilidade.

Das oito missões analisadas, todas identificavam como propósito da empresa divulgar, estimular ou incentivar a prática das Corridas de Aventura no Brasil. 87,5% mencionavam estimular ou propiciar um contato maior das pessoas com a natureza, mas apenas uma empresa utilizou claramente a frase “organizar eventos responsáveis socioambientalmente”, o que não necessariamente implica, mas pode indicar uma visão ainda muito utilitarista da natureza e das áreas naturais protegidas, como sugerido na discussão acerca da divulgação destes eventos na introdução deste trabalho.

Já os valores destas empresas apontaram uma preocupação maior com a conservação do meio ambiente: 50% dos organizadores mencionaram como valores a “sustentabilidade”, a “preservação ambiental” ou a “responsabilidade socioambiental”.

6.3 Perfil da amostra de gestores de UC

Apesar do uso público e das Corridas de Aventura poderem acontecer em outras categorias de unidade de conservação, foi selecionada a população de gestores de Parques Nacionais (PARNAs) uma vez que estas unidades de conservação tem maior visibilidade como atrativos turísticos e pelo fato de se distribuem por todo o território nacional.

Dos 68 Parques Nacionais, incluindo os marinhos, foram contatados 67 gestores (os PARNA da Serra Geral e Aparados da Serra contam hoje com o mesmo gestor), e destes 35 responderam à pesquisa, ou seja, 52%, o que torna esta amostra de sujeitos a mais participativa das três populações entrevistadas.

Com relação ao tempo de experiência destes sujeitos no cargo de gestor de UC foi constatado que a maioria tem mais que três anos de experiência (figura 9).

Figura 9 - Tempo de experiência como Gestor de UC

Novamente uma maioria (94,2%) com mais de três anos de experiência, e entre estes 37% com mais de dez anos de experiência, o que pode indicar maior interesse entre gestores experientes com relação ao tema do uso público, particularmente através de eventos esportivos, ou ser uma casualidade, já que uma amostra expressiva (48%) não respondeu à pesquisa.

Geograficamente estes gestores representaram PARNAs com a seguinte participação na pesquisa (figura 10):

Figura 10 - Mapa da frequência de respostas de PARNAs por região

6.4 Corridas de Aventura e potencial de impactos socioambientais

Entrando nas questões voltadas a cuidados com o meio ambiente e potencial de impactos socioambientais, havia nos questionários orientados para os atletas e organizadores das Corridas de Aventura, diversos fatores inerentes à organização destes eventos. Parte deles foram considerados pertinentes à organização de qualquer tipo de evento, e outros foram inseridos propositalmente por se relacionarem à conservação do meio ambiente e poderem indicar ações, ou ao menos atitudes, voltadas à organização e participação em eventos mais sustentáveis (tabela 3).

Tabela 3 - Fatores inerentes à organização de uma Corrida de Aventura

Fatores inerentes à organização de eventos em geral	Fatores relacionados à conservação do ambiente (socioambientais)
• Facilidade de acesso ao local de prova; • Facilidade de acesso para equipes de resgate; • Conforto (infraestrutura hoteleira e gastronômica para pré e pós-prova); • Segurança do atleta (proximidade com hospitais); • Potencial de risco do local (ex. exposição a doenças endêmicas, proximidade com fauna que apresenta risco ao homem, etc.); • Exigência dos patrocinadores; • Calendários de outras provas (de forma a evitar a competição entre eventos); • Calendário de treinamento (período ótimo para desempenho do atleta); • Facilidades logísticas (facilidades e prazos de fornecedores); • Clima e conforto do atleta; • Clima e desafio para o atleta; • Desafios físicos impostos pelo terreno (como declividade e tipos de terreno);	• Tipos de vegetação da região (susceptibilidade ao pisoteio); • Tipos de solo da região (susceptibilidade à erosão); • Ser uma Unidade de Conservação; • Frequência de uso da população local no espaço por onde passará a corrida; • Aspectos estéticos da paisagem (beleza cênica); • Característica remota e selvagem do lugar; • Chuvas e possibilidade de erosão do solo; • Época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção; • Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser alta temporada); • Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser baixa temporada); • Determinações de órgãos ambientais; • Número máximo de atletas inscritos; • Regulamentos/penalizações para infrações ao meio ambiente; • Planejamento de prova com análise de possíveis impactos socioambientais e sugestões de compensação socioambiental; • Selo de qualidade/certificação de sustentabilidade do evento.

A questão 17 pedia aos atletas a classificação de certos fatores com relação à sua preferência pela data de participação em uma Corrida de Aventura. As respostas acerca dos fatores relacionados em sequência estão reproduzidas na figura 11.

- Calendário de treinamento (período ótimo para desempenho do atleta);
- Clima e conforto do atleta;
- Clima e desafio para o atleta;
- Chuvas e possibilidade de erosão do solo;
- Época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção;
- Ser alta temporada turística;
- Ser baixa temporada turística.

Figura 11 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA – atletas

Este gráfico, como a figura 7 sobre as motivações dos atletas, mostra as respostas dos sujeitos e o agrupamento do Teste de Friedman das médias destas respostas ($p<0,05$), embora as colunas mostrem as nuances de resposta a partir da Escala de Likert e não as médias.

Lê-se este gráfico da esquerda para a direita indicando que entre esta amostra de atletas, o item considerado mais relevante na escolha da data de uma corrida foi a “época de reprodução de espécies ameaçadas de extinção”, que recebeu proporcionalmente aos demais fatores uma alta avaliação máxima como sendo um fator *imprescindível* a levar em consideração (21%).

O segundo fator determinante tido como mais relevante foi o “clima e o desafio” que impõe ao atleta durante uma corrida, e o terceiro foi a posição da corrida dentro do calendário de treinamento, ou seja, o período em que o evento irá acontecer com relação à fase de treinamento do atleta.

Percebe-se, contudo, pelo agrupamento de Friedman ($p<0,05$), que os dois primeiros fatores de relevância, “época de reprodução de espécies ameaçadas” e “clima e desafio”, não apresentam diferença estatística significativa na média das avaliações, pois estão agrupados sobre a mesma categoria de letra “A”.

Dentre os fatores socioambientais “chuva e possibilidade de erosão do solo” e “época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção” ambos foram considerados importantes e até imprescindíveis, embora se note ainda uma maioria (63,2% e 52,6% respectivamente) que não atribui importância ou considera estes fatores indiferentes no momento de escolher a data para participar de uma Corrida de Aventura.

O Diagrama de Caixa (também conhecido como *boxplot* na estatística descritiva) aplicado a questão do fator “época de reprodução de espécies ameaçadas” mostrou entre a distribuição de respostas por estado (UF) que os atletas da Bahia se destacaram na avaliação do fator como sendo um item “imprescindível” (de valor “5” na Escala de Likert), apesar da média de avaliações deste estado para o mesmo fator ter ficado abaixo de outros estados, como mostra o losango indicador da média próxima ao valor 3,5 do eixo vertical (figura 12):

Figura12 - Diagrama de Caixa sobre “Época de reprodução de espécies ameaçadas”

Quando analisado o conteúdo das justificativas para terem utilizado o item de avaliação máximo “imprescindível” com mais frequência foi encontrada: “É imprescindível NÃO REALIZAR provas durante o defeso de animais para garantir a preservação das espécies”.

Comparando as respostas de atletas e organizadores para esta questão, conforme segue abaixo na figura 13, percebe-se que na Bahia a questão do respeito ao período de defeso das tartarugas marinhas é item de relevância na organização das Corridas de Aventura pelo fato do litoral sul deste estado ser uma área de desova destes animais.

Um organizador de eventos representante deste estado justifica a sua escolha do item como imprescindível da seguinte maneira: “Se eu tenho todo um Estado para escolher um local, jamais escolheria um local onde espécies ameaçadas estejam em período de reprodução. A época do evento poderia ser a mesma, porém em outro local, ou realizar eventos no mesmo local em outra época”.

Figura 13 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA – organizadores

Aqui se nota o calendário, porém o calendário das próprias Corridas de Aventura para que não haja concorrência de um evento com o outro, como fator de maior relevância para os organizadores das CAs. E mais uma vez a época de reprodução de espécies ameaçadas assoma como item de grande importância e como item imprescindível.

A questão da diferença de sazonalidade turística, tanto para os atletas (figura 11) quanto para os organizadores (figura 13) parece não ter tanta relevância: ou são igualmente classificadas em importância a alta e a baixa temporadas (figura 13), ou recebem avaliações como “indiferente/neutro” que superam o uso dos demais itens de classificação da Escala de Likert (figura 11).

Esta pode ser uma informação positiva para os gestores de unidades de conservação para a escolha do período para a realização das provas. Se não faz diferença para os atletas e organizadores ser alta ou baixa temporada, então os eventos podem ser realizados na baixa temporada para não gerar conflitos de uso com outros visitantes em alta temporada.

Da mesma forma, o período de reprodução de espécies ameaçadas de extinção pode ser evitado com boa aceitação por parte de atletas e organizadores.

Aos organizadores foi pedido que avaliassem ainda outros cinco fatores relacionados à escolha de datas para os eventos, conforme ilustra a figura 14.

- Determinação de patrocinadores;
- Determinação das UCs;
- Determinação de órgãos ambientais;
- Determinação de prefeituras;
- Facilidades Logísticas (facilidades e prazos de fornecedores).

Figura 14 - Classificação de importância dos fatores relacionados à data de uma CA II – organizadores

Dentre estes últimos fatores de análise para os organizadores, observa-se na figura 14 a determinação de datas por patrocinadores dos eventos como mais importante que as determinações logísticas de fornecedores, e que as determinações de órgãos ambientais, das próprias unidades de conservação, e de prefeituras, embora pelo Teste de Friedman ($p<0,05$) todos estes fatores de influência guardem similaridade estatística estando sob o mesmo agrupamento “AB”.

O organizador que avaliou a determinação dos patrocinadores como item imprescindível observou que: “o patrocinador quando exige o local e a data, exclui do organizador o poder sobre todos os outros fatores de escolha”.

Com relação aos fatores na escolha dos locais de prova, os atletas e organizadores tiveram que avaliar o grau de importância de:

- Desafios físicos impostos pelo terreno (como declividade e tipos de terreno);
- Facilidade de acesso ao local de prova;
- Facilidade de acesso para equipes de resgate;
- Conforto (infraestrutura hoteleira e gastronômica para pré e pós-prova);
- Segurança (proximidade com hospitais);
- Potencial de risco do local (exposição a doenças endêmicas, proximidade com fauna que apresenta risco ao homem, etc.);
- Frequência de uso da população local no espaço por onde passará a Corrida;
- Tipo de solo da região (susceptibilidade à erosão);
- Tipo de vegetação da região (susceptibilidade ao pisoteio);
- O fato de ser uma Unidade de Conservação;
- Aspectos estéticos da paisagem (beleza cênica);
- Característica remota e selvagem do lugar.

A figura 15 mostra as respostas dos atletas com relação a seis destes itens:

Figura 15 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA – atletas

Aqui os desafios físicos impostos pelo terreno são tidos como mais importantes e também tidos como imprescindíveis, embora fatores relacionados à segurança física (como facilidade de acesso às equipes de resgate e análise do potencial de risco da área natural com relação a doenças endêmicas e fauna que apresenta risco ao homem) tenham também recebido avaliações expressivas como “importantes” e “imprescindíveis”.

Características estéticas do ambiente natural (beleza cênica, e ser selvagem e remoto) também aparecem entre os cinco fatores mais relevantes para a escolha de um local de prova por estes atletas, reforçando a importância do ambiente natural para este esporte.

Com relação aos demais fatores sobre a escolha do local de prova:

Figura 16 - Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA II – atletas

A figura 16 mostra que embora 63,2% tenham considerado o item de infraestrutura hoteleira e gastronômica para os momentos pré e pós competição como indiferentes/neutros e pouco importantes, 36,8% consideram a questão importante e até imprescindível. Um atleta argumenta que: “por ter família e acreditar que tudo em que a família participa, mesmo que indiretamente, é melhor, o apoio hoteleiro ao local da prova bem como atividades para cônjuges e filhos é um diferencial importantíssimo e pouco levado em conta por organizadores”.

Percebe-se também que estes atletas estão divididos na opinião sobre a corrida acontecer em uma unidade de conservação ser importante/imprescindível (47,4%) ou indiferente/pouco importante (52,6%), e também com relação à importância de se considerar os usos de populações locais nos espaços previstos para as corridas, que 52,6% consideram

importante/imprescindível e 47,4 % consideram indiferente, pouco importante, ou mesmo sem importância.

Também com relação à possibilidade de erosão ficaram divididos: 47,4% acham importante/imprescindível considerar os tipos de solo da região e sua susceptibilidade à erosão, e 52,6% são indiferentes ou não consideram importante levar em conta este fator.

Após a revisão da literatura sobre esportes de aventura ficou claro que talvez muitos atletas não se incomodem com a erosão por considerá-la um desafio a mais no percurso das provas, um dos “desafios físicos impostos pelo terreno” tão bem avaliados pelos atletas na figura 15 (89,5% consideraram os desafios impostos pelo terreno importantes ou imprescindíveis em um local de prova).

Isto gera, certamente, uma questão do ponto de vista do uso público que é educar estes visitantes sobre os problemas ecológicos associados a processos erosivos e talvez mesmo sugerir, já que a erosão parece ser um item atrativo para percursos mais desafiadores, que os eventos aconteçam em áreas naturais particulares que já apresentam algum grau de erosão. Esses locais podem ser planejados com trilhas para *mountain bike* e *trekking* construídas com o propósito específico de oferecer desafios esportivos.

Por fim, considerar os tipos de vegetação da região e sua susceptibilidade ao pisoteio, recebeu avaliações de importância similares às da erosão, porém com 5,25% a mais de avaliações como “imprescindível” e nenhuma avaliação como “sem importância”, denotando uma preocupação ligeiramente maior, ainda que não significativa pelo Teste de Friedman ($p < 0,05$), com a consideração deste fator para a escolha de um local de prova.

Pelo Teste de Friedman ($p < 0,05$) também se nota que todos estes seis fatores, apesar das diferentes nuances de avaliação expressas pela Escala de Likert, não apresentam diferença estatística nas médias de avaliação pelos atletas, estando agrupados sob a mesma letra “AB”.

Para os mesmos doze fatores de avaliação, os organizadores tem concordância com os atletas sobre a importância dos desafios físicos impostos pelo terreno para a dificuldade e atratividade do evento, mas colocam a beleza cênica da paisagem como o principal fator de influência na escolha de um local de prova (figura 17).

Figura 17 – Classificação de importância dos fatores relacionados ao local de uma CA – organizadores

Ambos os grupos se mostraram preocupados com as questões de segurança “facilidade de acesso às equipes de resgate” e “potencial de risco da área natural com relação a doenças endêmicas e fauna que apresenta risco ao homem”, embora os organizadores, provavelmente por questões de responsabilidade pelo evento e com os atletas, ainda tenham incluído entre a sua avaliação dos seis primeiros itens de importância a proximidade com hospitais.

Por fim, com relação aos demais seis itens relacionados à escolha do local de prova, os organizadores consideram que o uso pelas populações locais dos caminhos previstos para a corrida não é tão importante quanto para os atletas, embora a amostra de organizadores se divida em 50% que consideram este fator importante e imprescindível e 50% que o consideram indiferente e pouco importante (figura 18).

Figura 18 – Classificação de importância dos fatores relacionados ao local das CAs II – organizadores

Contrariando também a opinião de alguns atletas, estes organizadores parecem sim preocupados com uma infraestrutura hoteleira e gastronômica que ofereça o mínimo de conforto nos momentos pré e pós competição. Se de fato organizam seus eventos em áreas naturais que oferecem também essa infraestrutura turística é um ponto que esta pesquisa não pôde confirmar.

As análises dos tipos de vegetação para avaliar a susceptibilidade ao pisoteio aparecem como mais importantes para os organizadores do que para os atletas, embora as análises de solo para evitar a erosão também apareçam por último na avaliação deste grupo, o qual também considerou o “desafio físico imposto pelo terreno” um dos primeiros itens de importância e, provavelmente por isso, não vê a erosão como um problema ecológico.

Além da avaliação de todos estes fatores de caráter socioambiental, foi questionado aos organizadores, nas questões 15 e 16, se o planejamento e regulamento das Corridas de Aventura que organizam contém itens relacionados ao potencial de impactos socioambientais de eventos de aventura em áreas naturais.

Apenas 12,5% mencionaram a existência de itens associados ao potencial de impactos no planejamento dos seus eventos, e um número um pouco maior, 37,5%, mencionou regulamentos que contem tais itens (figura 19). Pela análise do Teste Binomial é possível afirmar com 97% de confiança ($p \leq 0,03$) que a frequência maior é de eventos sem cláusulas socioambientais em seu planejamento e regulamento.

Figura 19 - Planejamentos e Regulamentos das Corridas de Aventura

Quando nestes casos a resposta fosse afirmativa, era pedido aos organizadores que anexassem a cláusula do planejamento ou regulamento que incluía os itens relacionados à previsão e mitigação de impactos socioambientais por parte da empresa, ou a punição aos atletas e equipes que causassem algum impacto durante a competição.

Contudo, apenas uma empresa organizadora anexou seu regulamento. Isto pode se explicar tanto pelas outras empresas que responderam de forma afirmativa às questões 15 e 16 na realidade não terem documentos que comprovem a inclusão de itens socioambientais no planejamento e regulamento de suas provas, quanto pelo fato de considerarem os documentos privados e, por isso, não os compartilharam na pesquisa.

O único regulamento de corrida enviado dispôs no item 6, referente a Penalizações, que “equipes que degradarem o meio ambiente serão desclassificadas”. Não fica claro o que é considerado uma degradação ao meio ambiente, mas nota-se que a penalização é máxima: a desclassificação na prova.

Já os atletas quando questionados, na questão 26, se nas Corridas de Aventura de que participam existe alguma recomendação por parte da organização relacionada a práticas de mínimo impacto ambiental afirmaram que este tipo de orientação ocorre sempre em 52,6% dos casos, eventualmente em 31,6 %, e nunca em 15,8% (figura 20).

Figura 20 – Existência de Práticas de Mínimo Impacto Ambiental

Quando as categorias de resposta “sempre” e “eventualmente” são agrupadas como respostas afirmativas (“sim, existem recomendações sempre ou eventualmente”) e o Teste Binomial é aplicado, verifica-se uma diferença estatística significativa ($p \leq 0,029$) entre a existência e a não existência de recomendações sobre práticas de mínimo impacto, indicando a 97% de confiança a maior frequência da existência de recomendações.

Os exemplos de práticas de mínimo impacto recomendadas citados pelos atletas são listados na sequência pela frequência de sua citação:

- Não jogar lixo na natureza – 73,7%
- Não fazer fogueiras – 15,8%
- Não desviar de rotas/trilhas quando demarcadas – 10,5%
- Não passar por áreas proibidas pela organização/UC (intangíveis) – 10,5%
- Cuidados com a vegetação (não quebrar/arrancar) – 10,5%
- Cuidados com a fauna (não perturbar intencionalmente) – 5,3%
- Não retirar nada da natureza – 5,3%
- Recolher lixo encontrado pelo percurso – 5,3%

É interessante notar que apenas 52,6% dos atletas relataram que sempre é oferecida pela organização das corridas recomendações de mínimo impacto ambiental, e que a recomendação mais dada é, talvez, a mais óbvia: “não jogar lixo na natureza”.

Pode-se criar a hipótese de que os outros 47,4% dos organizadores que eventualmente ou nunca oferecem recomendações de mínimo impacto ambiental aos atletas assumam que as

pessoas envolvidas com o uso público e a recreação em áreas naturais sejam a princípio mais conscientes a respeito dos cuidados a tomar para a conservação da natureza.

Entretanto, ao observar que o primeiro item de recomendação, quando estas são dadas, é um item tão simples quanto “não jogar lixo na natureza” percebe-se que não apenas estas pessoas, enquanto visitantes de áreas naturais, precisam ser educadas, como mostra que a preocupação dos organizadores ainda está no nível da ação do atleta, oferecendo ocasionalmente recomendações de mínimo impacto ambiental e redigindo regulamentos de prova que penalizam equipes que degradam o meio, mas ainda não incluindo ao nível de planejamento dos eventos (87,5%) fatores socioambientais com a mesma preocupação e importância dos fatores logísticos e financeiros.

É evidente que a ação do atleta no decorrer das corridas é um fator de preocupação, como seria com qualquer outro visitante de área natural que não deve dispor seu lixo fora de lixeiras ou danificar a vegetação. No entanto, é também importante que os organizadores comecem a incorporar no nível de planejamento das suas corridas análises e cuidados com outros fatores socioambientais relacionados ao potencial de impactos de eventos esportivos em áreas naturais, principalmente quando se percebe que muitos atletas e organizadores ainda não reconhecem este potencial de impactos negativos.

Corrobora esta afirmação o fato de que 78,9% dos atletas entrevistados acham que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais positivos, como estímulo da economia local, incentivo à conservação da natureza, e divulgação das paisagens e culturas locais, mas apenas 21,1% consideram que existam impactos socioambientais negativos decorrentes das CAs.

Também os organizadores de Corridas de Aventura em grande maioria reconheceram que os eventos possuem um potencial de impactos socioambientais positivos (87,5%), mas apenas uma minoria reconheceu o potencial de impactos negativos (12,5%), como ilustra a figura 21.

Figura 21 - Potencial de impactos socioambientais

Apenas o grupo dos gestores de unidades de conservação neste aspecto mostrou mais equilíbrio entre as respostas: 96,7% reconheceram o potencial de impactos positivos das corridas e outros esportes de aventura, e 93,3% também reconheceram o potencial de impactos negativos destas atividades em áreas naturais.

Entre as justificativas e exemplos de impactos negativos destacaram:

“Grande parte dos eventos são realizados sem planejamento e a convocação dos participantes se dá de forma dispersa em páginas de redes sociais. Muitas áreas frágeis são acessadas sem autorização, não há gestão de resíduos e nenhuma compensação pelos danos causados. Além disso, poucas pessoas se preocupam com o bem-estar das comunidades locais, causando impactos sociais bem conhecidos na literatura.”

“Eventos esportivos relacionados a um espaço como uma UC ou área turística já consolidada podem trazer uma profunda mudança socioeconômica localmente, provocando a desestruturação do perfil das comunidades e povoados locais. Claro, esse é um problema que está relacionado com uma questão mais ampla que é o uso público de áreas naturais, no entanto, a atividade aqui em foco pode potencializar tal fato.”

“A realização de um evento gera a expectativa por outros, o que por sua vez cria uma demanda sobre a qual não temos controle e que afeta as outras atividades de uso público da UC.”

“Quando há um grande número de participantes estes eventos causam degradação nos ambientes naturais e estimulam o espírito de competição em detrimento da contemplação, pois o foco é chegar no menor tempo possível e não cuidar e apreciar a natureza. Podem também aumentar a demanda para a realização de eventos esportivos em ambientes naturais sem necessariamente ter cuidados ambientais.”

“Caso não se tenha um controle vigoroso da organização, o evento pode ser um desastre para a Unidade de Conservação, pois pode impactar negativamente elementos da paisagem que demoram muito tempo para se recuperar (como vegetação) e outros que nunca se recuperam (como elementos geológicos - rochas, cachoeiras, travertinos, etc).”

“As atividades tem potencial para causar impactos negativos à biodiversidade e/ou geodiversidade protegida pela UC, cabe a análise de quão significativos são esses impactos quando comparados aos impactos positivos oriundos da atividade.”

E sobre os impactos positivos:

“Sem dúvida! Logicamente, se bem geridos. Atividades esportivas e recreativas em geral podem aproximar um parque nacional da sociedade, com benefícios mútuos. O estímulo à visitação, tanto através da atividade em si, quanto do fortalecimento da divulgação da UC para a sociedade pode incentivar o turismo em parques nacionais, resultando em impactos positivos como a geração de renda, o estímulo ao desenvolvimento local e o fortalecimento dos vínculos de identidade entre comunidades locais e a UC, tudo isso gerando impactos positivos também para a conservação ao oferecer alternativas de renda a atividades predatórias e criminosas e aumentar o envolvimento direto entre UC e comunidades locais.”

“Dependendo do tipo evento, pode haver impactos positivos. Um dos impactos é o estímulo ao esporte; outro é a movimentação na economia local. Vislumbra-se aqui um potencial para uso do esporte como ferramenta de educação ambiental.”

“A presença desse tipo de eventos em Unidades de Conservação ajuda na divulgação e conhecimento delas pela sociedade, seja através das pessoas que vem de outros locais, seja para os moradores de dentro e entorno da UC. Também pode trazer atividades econômicas para as comunidades de interior/entorno da comunidade. A interação entre pessoas de fora da região e as pessoas da região pode ser muito rica. É importante dizer que existem vários graus para cada impacto.”

“Tais eventos possuem um potencial multiplicador, se bem conduzidos, de sensibilização ambiental sobre algum tema específico a ser escolhido devido a visibilidade momentânea nas fases pré e pós evento. São oportunidade para campanhas e mutirões”.

“Eventos esportivos como *trekking*, *mountain bike* e escaladas, por possuírem baixo impacto ambiental, podem ser usados como uma possibilidade de melhoria na economia regional ou local. Também possibilitam o conhecimento, por parte de quem pratica, de áreas naturais e da diversidade cultural existente no Brasil. Em se tratando de Parque Nacional deve-se salientar que é objetivo legal o uso público e estas atividades devem ser fomentadas nas UCs que possuem atributos para tal. Pode-se ainda pensar em um impacto mais ousado que seria a médio e longo prazo, o aprendizado ou o conhecimento por parte dos moradores da região (comunidades, distritos e cidades) da prática de tais esportes, ou seja, um incentivo a práticas esportivas que o seu lugar favorece. No nosso caso isso ajudaria a ampliar o gosto pelas montanhas levando a uma ideia de preservação que não está ligada unicamente à beleza em si ou à presença de fauna e flora (saliento que isso não é ruim, mas às vezes, insuficiente para provocar na maioria da população o cuidado necessário com o local).”

A partir das questões aqui expostas e analisadas pela distribuição de respostas através de gráficos percentuais e pelos Teste de Friedman e Teste Binomial, no próximo item será feita uma discussão a respeito de que implicações os potenciais impactos das Corridas de Aventura e as percepções relatadas pelos grupos de interesse deste tipo de uso público podem trazer às unidades de conservação.

6.5 Discussão

A conservação e o arranjo de espaços de lazer são problemas enfrentados pela sociedade moderna há anos para garantir um equilíbrio entre as obrigações do trabalho escolar, profissional e doméstico, e a recreação (ou recriação) do indivíduo no seu tempo liberado do trabalho (DUMAZEDIER, 2008).

Há anos também a busca pelo lazer em áreas naturais levanta questões interdisciplinares sobre a melhor gestão destes espaços e das atividades neles realizadas, e por isso diversas estratégias de manejo do uso público para a conservação surgiram e se modificaram ao longo do tempo.

Como visto na revisão da literatura deste trabalho, a capacidade de carga que inicialmente considerava apenas fatores ecológicos, como a resiliência do ambiente às pressões impostas, posteriormente passou a incluir dimensões humanas na sua composição, e conta atualmente com a possibilidade de inclusão das percepções dos visitantes dentro do componente das dimensões humanas da conservação.

Lobo et al. (2013) mencionam os níveis de conforto físico, os limites de tamanho de grupos de pessoas, e as preferências por atividades de lazer a serem praticadas como alguns dos fatores que merecem consideração para a melhor gestão do uso público.

No caso das Corridas de Aventura, as percepções dos atletas com relação à estrutura das competições – modalidades preferidas, duração dos eventos, frequência de encontros com outras equipes competidoras, e número ideal máximo de atletas por evento - oferecem informações úteis não apenas aos organizadores das corridas, mas também aos gestores das unidades de conservação para avaliar os projetos de eventos solicitados e poder argumentar sobre eventuais condições a serem impostas à organização.

Por exemplo, uma limitação de duração do evento para um dia ao invés de dois pode ser argumentada sobre as bases de não restringir por mais tempo o uso da UC para outros visitantes e comunidades locais, e porque os atletas parecem preferir eventos com esta duração (47,4%).

Após a preferência por corridas com duração de um dia (menos de 24 horas), seguiu a preferência por corridas de dois dias (31,6%), e ficaram empatadas as corridas com 3 a 4 dias, e as com uma semana ou mais de duração (10,5% cada).

O intervalo de confiança das médias de avaliação de preferência pela duração das corridas mostrou a 95% de confiança ($p < 0,05$) que a preferência desta amostra é por provas de um dia de duração.

É interessante notar entre as preferências por modalidade esportiva expressas pela amostra de atletas (figura 22) que a preferida é a orientação por mapas e bússolas. Isso indica que os motiva e interessa estar em meio a um ambiente natural sem a certeza do caminho a percorrer, ou seja, na condição anteriormente apresentada como potencial causadora da abertura de trilhas informais e pisoteio da vegetação, uma vez que os caminhos a descobrir não são sempre os demarcados na malha de trilhas da UC.

Em contrapartida, outra modalidade conhecida pelo potencial de dispersar sementes de espécies invasoras, patógenos, e causar compactação do solo e pisoteio da vegetação, a cavalgada, ocupa uma das últimas posições na preferência destes atletas.

Figura 22 - Preferência por modalidades esportivas indicadas pelos atletas

Cientes destas preferências, os gestores das unidades de conservação podem sugerir alocar o evento em áreas onde a navegação por bússolas e mapas não leve os atletas às zonas mais sensíveis, em recuperação, ou intangíveis da UC, e no caso de uma negociação do projeto de corrida, podem sugerir a inclusão ou substituição de uma modalidade por outra que se adeque melhor ao perfil geográfico da UC e ao Plano de Manejo.

Com relação a um número ideal máximo de atletas participantes nas corridas e frequência ideal de encontros com outras equipes corredoras durante o evento a preferência dos atletas é indicada na figura 23.

Figura 23 - Frequência ideal de encontros com outras equipes/atletas

A figura 23 mostra maior preferência dos atletas por poucos encontros com outras equipes durante as corridas. 60% dos argumentos para essa preferência foram de que muitos encontros prejudicam as equipes que navegam (se orientam) melhor, seja porque estas equipes podem ser seguidas por outras mais fracas na orientação, ou porque muitos encontros indicam que a dificuldade da corrida está comprometida. Cerca de 10% disseram preferir poucos encontros para “sentir-se em mais contato com a natureza, o mais isolado possível” e os demais 30% não deram justificativa para esta preferência.

Em contrapartida, muitos encontros são preferidos por 36,8% dos atletas principalmente tendo em vista a socialização (57%) e segurança (28%), para “não se sentir perdido”.

No que diz respeito a um número ideal de participantes por corrida, 16% dos sujeitos acham que o número ideal vai depender da estrutura local e da organização do evento para dispersar os atletas sem causar tumultos ou prejudicar o meio ambiente. 42% mencionaram números pontuais entre 80 – 300 atletas sem justificativa para essa quantidade. 10,5% foram favoráveis “à maior quantidade possível de atletas” devido à “atual conjuntura econômica do esporte, quanto mais, melhor, pois a Corrida de Aventura está acabando”, e os demais (31,5%) não tinham opinião (“não sei”) ou não consideravam um número ideal máximo de corredores importante.

Estes dados são interessantes, tanto porque contrariam a projeção e até mesmo eventos realizados que divulgam ter recebido mais de 400 atletas (LIGA OUTDOOR, 2015; ADVENTUREMAG, 2015a) quanto por revelarem a preocupação econômica de manter o esporte ativo, e a pouca preocupação e até mesmo desconhecimento de que uma quantidade máxima ideal de atletas possa auxiliar a manter a qualidade do meio ambiente e do evento (embora como visto na revisão da literatura, este não seja o único fator de importância a considerar).

A partir destas informações, não cabe, portanto, definir um número máximo de atletas para cada evento, justamente devido à particularidade de cada região, cada unidade de conservação, e cada trilha. Mas cabe sugerir, a partir das preferências citadas nas entrevistas, um número que respeite a capacidade de carga (quando esta for um indicador utilizado pela UC) e que disperse os atletas pelo percurso sugerido, diminuindo o número de encontros durante a corrida e as aglomerações que podem causar poluição sonora.

Parte dos atletas (21%) indicou preferir muitos encontros com outras equipes durante o evento pela questão da socialização. Assim, os momentos pré e pós corrida podem ser oportunos para confraternização, e ainda para realizar os mutirões de limpeza sugeridos por alguns gestores de UC, e já realizados por algumas empresas organizadoras, como forma de compensação socioambiental pela realização do evento.

Com relação aos impactos socioambientais propriamente ditos, fica claro pela figura 19 e pelo Teste Binomial ($p \leq 0,03$) que as empresas organizadoras devem ampliar a inclusão de itens de regulamento e fiscalização que penalizem atletas e equipes que degradam a natureza, mas que devem principalmente pensar nos momentos de escolha dos locais e datas para os eventos e incluir já no nível de planejamento das Corridas de Aventura considerações que hoje não parecem ser sempre feitas e que são relativamente simples, tais como:

- época do ano e regime de chuvas (possibilidade de agravar erosões com a passagem dos atletas);
- época do ano e reprodução de espécies ameaçadas de extinção (selecionar os locais de prova de acordo para não prejudicar);
- época do ano e uso de populações locais da área onde se pretende realizar a corrida (para não apenas realizar ações reparadoras ou mitigatórias após o evento, mas efetivamente demonstrar respeito pela cultura local);
- incluir recursos humanos do local tanto para auxiliar a organização *in loco* do evento quanto para confeccionar brindes, troféus, etc.
- definir um número máximo de equipes/atletas para evitar aglomerações, poluição sonora, perturbação da fauna, etc., e respeitar os sistemas de monitoramento de impactos ou a capacidade de carga das trilhas/UCs (quando houver);
- realizar os eventos na baixa temporada turística (já que este fator parece não ser relevante para os atletas) e assim evitar mais aglomerações, além de propiciar uma continuidade no estímulo econômico da rede hoteleira/gastronômica/comercial local fora da alta temporada;

- restringir a modalidade de orientação da corrida (embora mais preferida pelos atletas) para trechos específicos com vegetação menos sensível ao pisoteio, e utilizar a malha de trilhas da UC nos demais trechos, diminuindo a necessidade de navegação por trechos sem trilhas demarcadas.

Além destas sugestões, 57,9% dos atletas entrevistados indicaram achar importante/imprescindível o evento ter um selo ou certificação de qualidade e sustentabilidade, embora os próprios gestores de UC entrevistados tenham indicado achar mais importante que a certificação de qualidade/sustentabilidade as ações de compensação socioambiental para a UC e comunidades de entorno.

7 CONCLUSÃO

A demanda pela recreação ao ar livre e pela prática de esportes de aventura vem desafiando organizadores, pesquisadores, e gestores de unidades de conservação com relação à oferta destas atividades de lazer sob a ótica da conservação dos recursos naturais.

Os conceitos de Turismo Sustentável e Desenvolvimento Sustentável estão intimamente ligados à conservação dos ambientes naturais porque as atividades econômicas, não apenas as turísticas, dependem da manutenção dos serviços ecossistêmicos para que possam acontecer. Assim também é com os esportes de aventura.

Encontrar um equilíbrio entre os interesses econômicos que o esporte de aventura estimula e um desenvolvimento da atividade que conserve o meio ambiente não é tarefa fácil porque sua organização depende de critérios e valores muitas vezes subjetivos, e do diálogo entre grupos de interesse.

Certamente práticas de organização podem se modificar ao longo do tempo, e o intuito desta pesquisa nunca foi o de evitar ou reprimir a prática da organização das Corridas de Aventura de modo fortuito ou arbitrário. Pelo contrário, objetivou-se entender melhor essa prática, para que com base em uma discussão interdisciplinar ela possa se tornar cada vez menos fortuita e arbitrária, reconhecendo seus potenciais impactos positivos e negativos, e formas de lidar com ambos.

Em vista disso, o fato desta pesquisa ter encontrado determinadas práticas e opiniões como parte do real não significa que tais ocorrências sejam generalizadas, principalmente devido ao pequeno percentual de respostas obtido. As respostas dos atletas e organizadores de Corridas de Aventura indicaram alguma preocupação com o potencial de impactos deste tipo de uso público, mas evidencia-se ainda um grande desconhecimento acerca dos mesmos e que muitos eventos ainda não têm agregado ao seu planejamento e organização a questão socioambiental como item de relevância sobre os fatores logísticos e financeiros.

Isto quer dizer que muitos sujeitos manifestaram considerar os impactos e fatores socioambientais importantes, mas não tão importantes quanto outros fatores (pessoais, econômicos, logísticos, etc.) na organização ou participação de uma Corrida de Aventura.

Sabe-se que o comportamento individual, neste caso o de responder às questões desta pesquisa, pode ser fortemente influenciado pelo que os sujeitos acreditam ser esperado pela sociedade e pelo pesquisador (AJZEN, 1991, 2006; MANNING, 2009).

E o comportamento de não agir de acordo com o próprio conjunto de valores é amplamente reconhecido na área acadêmica, podendo derivar de uma série de fatores.

Manning (1999) e Shelby & Heberlein (1986) trabalharam o conceito de *congruência* como sendo o nível de comportamento mais ou menos relacionado ao o que os sujeitos demonstram como conjunto de valores, ou como padrões aceitáveis de comportamento em suas respostas a questionários.

Em alguns tipos de pesquisa é possível observar em campo que o que os sujeitos relatam como comportamento pessoal (ex. “não jogo lixo nas trilhas”) não é *congruente* com o que se vê na realidade: quantidades excessivas de lixo nas trilhas.

No caso deste estudo não foi possível por questões logísticas e de financiamento acompanhar eventos de Corrida de Aventura *inloco*, e por esta razão não foi possível validar com dados observacionais o que os organizadores manifestaram em suas respostas a respeito de levarem em consideração aspectos ecológicos e não apenas financeiro-logísticos em seus planejamentos e organização de prova.

O que a pesquisa permitiu foi avaliar tendências de *atitude* entre grupos de interesse do uso público de áreas naturais, e, na possibilidade dos sujeitos-organizadores terem respondido ao questionário de forma a privilegiar a imagem de suas empresas, criar ao menos um diálogo que demonstre outros aspectos importantes a considerar no planejamento e execução dos eventos para fins de conservação do uso público e das áreas naturais.

O trabalho veio a título também de demonstrar que no meio acadêmico estas questões já somam importância suficiente para gerar pesquisas que questionam os métodos de organização dos eventos de esporte de aventura.

Por fim, o conceito de *atitude* na psicologia social se refere não às ações concretas em si, mas ao esquema mental imediatamente anterior à ação, e que é construído a partir de valores pessoais e normas da sociedade (AJZEN, 1991, 2006). As atitudes podem ou não se concretizar em ações dependendo também de fatores internos e externos, como análises de custo/benefício, condições econômicas, políticas e legais.

Por isso, ainda que na prática muitos eventos esportivos de aventura possam ocorrer sem todo o delineamento voltado à conservação do ambiente, identificar a preocupação e esforços nesse sentido por parte de organizadores e atletas é importante para que comecemos a pensar em formas de transformar as atitudes em ação.

REFERÊNCIAS

ADVENTUREMAG (2015 a) **Haka Race abre temporada 2015 com recorde de inscritos.** Disponível em: <<http://www.adventuremag.com.br/noticias/14/4776/haka-race-abre-temporada-2015-com-recorde-de-inscritos.html#sthash.IR6C9iqG.IUt7ABrp.dpbs>>. Acesso em: 17 mar.2015.

_____. (2015 b) **Monte seu calendário de Corridas de Aventura 2015.** Disponível em: <http://www.adventuremag.com.br/noticias/14/4732/monte-seu-calendario-de-corridas-de-aventura-2015.html?utm_source=feedburner&utm_medium=email&utm_campaign=Feed%3A+Adventuremag+%28Adventuremag+-+Esportes+de+Aventura%29#sthash.FLUJOvwM.dpbs>. Acesso em 18 mar. 2015.

_____. (2015 c) **Corrida de Aventura: a visão de uma aspirante.** Disponível em: <<http://www.adventuremag.com.br/noticias/14/4779/corrida-de-aventura--a-visao-de-uma-aspirante.html#sthash.yy2g47E2.dpbs>>. Acesso em 17 mar.2015.

AJZEN, I. (1991) The Theory of Planned Behaviour. **Organizational Behaviour and Human decision Processes**, v.50, n.2, p.179-211.

_____. (2006) **Behavioral Interventions based on the Theory of Planned Behavior.** Disponível em: <<http://people.umass.edu/aizen/pdf/tpb.intervention.pdf>>. Acesso em 25 fev.2015.

ALVES, A.P.; ALMEIDA JÚNIOR, A. R. de (2009) **Corrida de Aventura: entre o Esporte e o Marketing.** II Colóquio Binacional Brasil-México de Comunicação, São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://files.posaventura.com/Corrida-de-aventura-entre-o-esporte-e-o-marketing.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

AMNF (2010) **1ª Corrida de Aventura de Itaperuna – Regulamento.** Disponível em: <http://www.itaperunaonline.com.br/portal/regulamento_corrida_aventura.pdf>. Acesso em 24 mar.2015.

ARNEGARD, J., SANDELL, K. (2012) **Outdoor recreation in times of change.** In: 6th International Conference on Monitoring and Management of Visitors in Recreational and Protected Areas, Stockholm, Sweden, August 21–24, Proceedings of the 6th MMV. Disponível em: < <http://www.mmv2012.se/MMV-2012-Proceedings.pdf> >. Acesso em: 02 maio 2016.

AR WORLD CHAMPIONSHIP (2015a) **Equipes inscritas.** Disponível em: <<http://arwcpantanal.com/pt-br/a-corrida/equipes/>>. Acesso em: 20 dez.2015.

_____. (2015b) **Regulamento.** Disponível em: <<http://arwcpantanal.com/pt-br/rules-2/>>. Acesso em: 16 mar.2015.

ADVENTURE-SE (2015) **Regulamento**. Disponível em:

<https://word.office.live.com/wv/WordView.aspx?FBsrc=https%3A%2F%2Fwww.facebook.com%2Fattachments%2Ffile_preview.php%3Fid%3D818850624836863%26time%3D1427293170%26metadata&access_token=1081267894%3AAVL_PWXpuFKZnofWPpLJh-7XQeGNih506GuVCVSu432AjQ&title=REGULAMENTO+DO+ADVENTURE-SE+2015..docx>. Acesso em: 25 mar.2015.

BACON, J.; MANNING, R.; LAWSON, S.; VALLIERE, W.; LAVEN, D. (2003) Indicators and standards of quality for the Schoodic Peninsula of Acadia National Park, **USDA Forest Service General Technical Report**, n.302, p.279-285, PNW Publications: Portland, OR, USA.

BARBANTI, V.J. (2011) **Dicionário de Educação Física e Esporte**. 3ª ed. São Paulo: Manole. 496p.

BARTOLETTI, C. T. (2010) **Marketing e Consumidor do Esporte**. Monografia (Bacharelado em Esporte) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.

BETRAN, A. (1995) Propuesta de una clasificación taxonômica de las actividades físicas de aventura en la naturaleza. Marco conceptual y análisis de los critérios elegidos In.: **Dossier Las Actividades Físicas de Aventura en la Naturaleza: análisis sociocultural**. Apunts: Educación Física y Deportes, Barcelona: Institut Nacional d'Educación Física de Catalunya, n. 41, p. 5-8.

BITENCOURT, V.; AMORIM, S. (2006) Corrida de Aventura. In: COSTA, L. da (Org.), **Atlas do Esporte no Brasil: Atlas do Esporte, Educação Física e Atividades Físicas de Saúde e Lazer no Brasil**, Rio de Janeiro: CONFEF. p.457-458.

BRASIL (2000) Ministério do Meio Ambiente. Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. Diretoria de Ecossistemas. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Lei No. 9985, de 18 de Julho de 2000. Brasília: MMA/IBAMA.

_____. (2014) **Turismo de Aventura – Marcos Conceituais**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/programas_acoes/regionalizacao_turismo/estruturacao_segmentos/aventura.html> Acesso em: 12 maio 2014.

BRUHNS, H. T. (1997) Lazer e meio ambiente: corpos buscando o verde e a aventura. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, v.18, n.2, p.86-91.

BRUHNS, H. T. (2003) No ritmo da aventura: explorando sensações e emoções. In: MARINHO, A.; BRUHNS, H. T. (Org.). **Turismo, lazer e natureza**. São Paulo: Manole. p. 29-52.

CBCA (2013) Disponível em: <<http://www.adventuremag.com.br/hotsite/cbcaventuraorg/>> Acesso em: 23 ago.2013.

CBAAt (2014) **O atletismo – Origens**. Disponível em: <<http://www.cbat.org.br/atletismo/origem.asp>> Acesso em: 06 mar.2014.

CBTri (2014) **Lançado 2º informativo do II Desafio Fortaleza Bela (Triathlon Aventura)**. Disponível em: < http://www.cbtri.org.br/ver_new.asp?tipo=noticias&id=4532&pos_menu= > Acesso em: 07 mar.2014.

CHAUÁS (2013) **Regulamento – Projeto Social e Ecológico**. Disponível em: < <http://www.chauas.com.br/300km/documentos/regulamento/> > Acesso em: 08 mar.2014.

_____. (2013) **Regulamento – Penalidades**. Disponível em: < <http://www.chauas.com.br/300km/documentos/regulamento/> > Acesso em: 08 mar.2014.

COSTANZA, R., D'ARGE, R., GROOT, R.S. de, FARBER, S., GRASSO, M., HANNON, B., LIMBURG, K., NAEEM, S., O'NEILL, R.V., PARUELO, J., RASKIN, R.G., SUTTON, P., DEN BELT, M. van, (1997) The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, 387, 253-260.

DALY, H.E., FARLEY, J., (2004) **Ecological Economics: principles and applications**. Island Press, Washington, DC.

DAILY, G., (1997) **Nature's services: societal dependence on natural ecosystem**. Island Press, Washington, DC.

DUKE, C.; PERSIA, M. (1996) Performance-Importance analysis of escorted tour evaluations. **Journal of Travel and Tourism Marketing**, 5:207-222.

DUMAZEDIER, J. (2008) **Sociologia Empírica do Lazer**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva.

EL CRUCE (2014) **Reglamento**. In: < <http://elcrucecolumbia.com/volcanes-en-patagonia/reglamento/> > Acesso em: 08 mar.2014.

FERREIRA, D.M.; ANDRADE, A.; PORTELA, A. (2005) Caracterização do perfil socioeconômico, motivacional, de estresse e ansiedade em competidores de Corrida de Aventura. **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, 91, ano 10. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd91/aventura.htm> >. Acesso em 23 ago.2013.

FERREIRA, L.F.S. (2003) **Corridas de Aventura: construindo novos significados sobre corporeidade, esportes e natureza**. 161f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

FIGUEIREDO, J.; SCHWARTZ, G. (2013) Atividades de Aventura e Educação Ambiental como foco nos periódicos da área de Educação Física. **Motriz**, v.19, n.2, 467-479.

GUEDES, D.P.; LOPES, C.C.; GUEDES, J.E.R.P. (2005) Reprodutibilidade e validade do Questionário Internacional de Atividade Física em Adolescentes. **Revista Brasileira de Medicina do Esporte**, v.11, n.2, p.151-158.

GO, F.; ZHANG, W. (1997) Applying Importance-Performance analysis to Beijing as an international meeting destination. **Journal of Travel Research**, 35(4):42-49.

GOONAN, K.; MANNING, R.E; VALLIERE, W. (2009) Research to guide trail management at Acadia National Park, **USDA Forest Service General Technical Report**, n.42, Portland, OR, USA: PNW Publications, p.266-274.

GROOT, R.S. de; WILSON, M.A.; BOUMANS, R.M.J. (2002) A typology for the classification, description, and valuation of ecosystem functions, goods and services. **Ecological Economics**, 41, 393-408.

HALLO, J.C.; MANNING, R.E. (2009) Transportation and Recreation: a case study of visitors driving for pleasure at Acadia National Park, **Journal of Transport Geography**, v.17, p.491-499.

HAMMIT, W.E.; COLE, D.N. (1998) **Wildland Recreation: Ecology and Management**. 2ª ed. Nova Iorque: John Wiley & Sons. 361p.

HUETING, R., REIJNDERS, L., BOER, B. de, LAMBOOY, J., JANSEN, H., (1998) The concept of environmental function and its valuation. **Ecological Economics**, 25, 31-35.

INACIO, H.L.D.; PERETI, E. S.; SILVA, A.P.S.; LIESENFELD, P.A. (2005) Bastidores das práticas de aventura na natureza. In: SILVA, A. M.; DAMIANI, I. R. (Orgs.). **Práticas corporais: experiências em Educação Física para outra formação humana**. Florianópolis: Nauembru Ciência e Arte, v. 3, p. 69-87.

ISO (2015) **ISO 20121 - Sustainable Events**. Disponível em: <<http://www.iso.org/iso/home/standards/management-standards/iso20121.htm>>. Acesso em: 14 jan.2015.

INSTITUTO PAPAVENTURAS (2015) **Regulamento**. Disponível em: <<http://www.papaventuras.com.br/site/papacorrida.php?pag=regulamento>>. Acesso em: 03 abr.2015.

KAY, J.; LABERGE, S. (2002) Mapping the field of ‘AR’: Adventure racing and Bourdieu’s concept of Field. **Sociology of Sport Journal**, 19, p. 25-46.

KUNREUTHER, F. T. (2011) **Educação ao ar livre pela aventura: o papel da experiência e o aprendizado de valores morais em expedições à natureza**. 182p. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Escola de Educação Física e Esporte, Universidade de São Paulo, São Paulo.

LEWIS, D.; BRIDGES, D. (2004) **A alma do novo consumidor**. 1ª ed. São Paulo: M. Books. 214p.

LIDDLE, M. (1997) **Recreation ecology: the ecological impact of outdoor recreation and ecotourism**. London: Chapman & Hall Ltd. 639p.

LIGA OUTDOOR (2015) **AR World Championship Pantanal**. Disponível em: <<http://us1.campaign-archive2.com/?u=1e05ce58bc488d4493feede50&id=1ab2364407&e=da267a8254>>. Acesso em: 09 mar.2015.

LIKERT, R. (1932) A Technique for the Measurement of Attitudes, **Archives of Psychology**, 140: p. 1-55.

LOBO, F. (2007) **Radical e polêmica**. Disponível em: <http://www.oeco.org.br/reportagens/2095-oeco_24694>. Acesso em: 16 abr.2015.

LOBO, H.A.S.; TRAJANO, E.; ALCÂNTARA MARINHO de, M.; BICHUETTE, M.E.; SCALEANTE, A.B.; SCALEANTE, O.A.F.; ROCHA, B.N.; LATERZA, F.V. (2013) Projection of tourist scenarios onto fragility maps: Framework for determination of provisional tourist carrying capacity in a Brazilian show cave. **Tourism Management**, (35): 234-243.

MAGRO, T.C. (1999) **Impactos do uso público em uma trilha no planalto do Parque Nacional do Itatiaia**. São Carlos, 135 p. Tese (Doutorado) – Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo.

MANNING, R.E. (1999) **Studies in Outdoor Recreation: search and research for satisfaction**, 2nd ed. Corvallis: Oregon State University Press.

_____. (2001) Visitor Experience and Resource Protection: a framework for managing the Carrying Capacity of National Parks, **Journal of Park Recreation and Administration**, v. 19, n.01, p.93-108.

_____. (2009) **Parks and People**, 1^a ed. Vermont: University of Vermont Press. 335 p.

MANNING, R.E.; FREIMUND, W. (2004) Use of Visual research Methods to measure standards of quality for Parks and Outdoor Recreation, **Journal of Leisure Research**, v.36, n. 4, p.557-579.

MANNING, R.E.; LIME, D. (1996) Crowding and carrying capacity in the national park system: Toward a social science research agenda. In: **Crowding and Congestion in the National Park System: Guidelines for Management and Research**. St. Paul, MN: University of Minnesota Agricultural Experiment Station Publication, (86): 27-65.

MARINHO, A. (2001) **Da busca pela natureza aos ambientes artificiais: reflexões sobre a escalada esportiva**. 122 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

_____. (2004) Atividades na natureza, lazer e educação ambiental: refletindo sobre algumas possibilidades. **Motrivivência – Revista de Educação Física, Esporte e Lazer**, Florianópolis: Núcleo de Estudos Pedagógicos em Educação Física, ano XVI, n. 22, p. 47-69.

MARINHO, A.; INÁCIO, H.L.D. (2007) Educação Física, Meio Ambiente e Aventura: um percurso por vias instigantes. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 3, p. 55-70.

MAROUN, K., VIEIRA, V. (2007) Impactos ambientais positivos são possíveis nos esportes praticados em ambientes naturais? **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, ano 12, n.108. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd108/impactos-ambientais-positivos-nos-esportes-praticados-em-ambientesnaturais.htm>>. Acesso em: 25 set.2014.

MASLOW, A. (1998) Maslow on Management. New York: Wiley.

Mc MASTER, A. (2003) Adventure racing: the how, what and why, **Triathlon and Multi-sport Magazine**, v. 6, p. 08.

MEDEIROS, E. B. (1975) **O lazer no planejamento urbano**. 2ª ed. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas. 253 p.

MONTEIRO, L.C. (2012) O processo de decisão individual de compra e o consumo sustentável. In: REZENDE, M.T., MONTEIRO, L.C., HENRIQUES, A.S. (2012). **Desafios da Sustentabilidade**. 1ª ed. São Paulo: Essential Idea Editora. 192p.

MORAES, T.M.; DEUS INÁCIO, H.L. (2011) Diagnóstico socioambiental das práticas de aventura na natureza no município de Pirenópolis e seu entorno. In: **II SEAT – Simpósio de Educação Ambiental e Transdisciplinaridade** da UFG / IESA / NUPEAT, Goiânia. Anais do II SEAT.

MURADÁS, R.; BURGOS, L.T. (2008) Motivos que levam o indivíduo a participar de Corridas de Aventura. Estudo realizado com equipes amadoras de Corrida de Aventura no estado do Rio Grande do Sul, **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, ano13, n.124. Disponível em < <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Motivos%20que%20levam%20o%20indiv%20a%20participar%20de%20corridas%20de%20aventura.pdf> >. Acesso em: 25 set.2014.

MURADÁS, R.; MATTOS, K.M. de (2009) Nutrição em Corrida de Aventura: fator decisivo para um melhor desempenho, **Revista Digital Lecturas: Educación Física y Deportes**, ano 14, n. 133. Disponível em: < <http://www.efdeportes.com/efd133/nutricao-em-corrida-de-aventura.htm> >. Acesso em: 25 set.2014.

NEWSOME, D. (2014) Appropriate policy development and research needs in response to adventure racing in protected areas. **Biological Conservation**, 171, 259–269.

NEWSOME, D; LACROIX, C.; PICKERING, C. (2011) Adventure Racing Events in Australia: context, assessment and implications for protected area management, **Australian Geographer**, 42:4, 403-418.

NORBERG, J., (1999) Linking Nature's services to ecosystems: some general ecological concepts. **Ecological Economics**, 29, 183-202.

NOVATOROV, E. (1997) An Importance-Performance approach to evaluating internal marketing in a Recreation Center. **Managing Leisure**, 2:1–16.

OLIVER, R.L. (1999) Whence Consumer Loyalty. **Journal of Marketing**, 63:33-44.

PATERSON, D. (1999) **Adventure Racing: Guide to Survival**. Sporting Endeavours, 152p.

PERIOTTO, N.A. (2011) **Serviços ecossistêmicos do reservatório da UHE Carlos Botelho (Lobo-Broa): uma nova abordagem para o gerenciamento e planejamento dos múltiplos usos de represas**. 72p, Tese (Mestrado em Ecologia e Recursos Naturais) – Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Universidade Federal de São Carlos.

POCIELLO, C. (1994) 'Le future comm une nouvelle forme d'enjeu', in Clement, J.P., Defrance, J. & Pociello, C. (Ed.), **Sport et pouvoirs au XXe siecle**, Presses Universitaires de Grenoble.

REID, T.R. (2003) Os sherpas: a montanha é sagrada para eles, e, depois da chegada dos turistas, seu principal ganha-pão. **National Geographic Brasil**. Ano 4, n. 37, p.80.

RONCERO-SILES, M.F. (2009) **Efeitos da intensidade de pisoteio sobre vegetação e solos em trilhas de floresta Atlântica**. Tese (Doutorado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade de São Paulo.

ROSSI, S. D., PICKERING, C. M., BYRNE, J. (2013) Perceptions of stakeholder organisations: Assessing the social impacts of the South East Queensland Horse Riding Trail Network, **Queensland Government Report**, 50p.

RYAN, C.; HUYTON J. (2002) Tourists and Aboriginal People. **Annals of Tourism Research**, v.29, n.3, p.631-647.

SESC (2014) A hora e a vez do Esporte. **Revista E**, n.7, ano 20, p.07.

SEWARD, L.E.; DOANE, D.P. (2014) **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 4ªed. Porto Alegre: AMGH Editora. 860p.

SHELBY, B.; HEBERLEIN, T.A., (1986) **Carrying Capacity in Recreational Settings**. Corvallis: Oregon State University Press.

SHEPPARD, B.H.; HARTWICK, J.; WARSHAW, P.R. (1988) The theory of reasoned action: a meta-analysis of past research with recommendations for modifications and future research, **Journal of Consumer Research** 15 (Dec.): 325-343.

SILVA, O.; CÂMARA, F.G., da. (2001) **Estatística Não-Paramétrica: Teste de Hipóteses e Medidas de Associação**. Ponta Delgada: Universidade dos Açores. 121p. Disponível em: < <http://www.amendes.uac.pt/monograf/monograf01estatNparamt.pdf> >. Acesso em: 03 maio 2016.

SLAVSON, S. R. (1946) **Recreation and the total personality**. New York: New York Association Press, 205p.

SPINK, M.J.; ARAGAKI, S.S.; ALVES, M.P. (2005) Da exacerbação dos sentidos no encontro com a natureza: contrastando esportes radicais e turismo de aventura. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 18(1), p.26-38.

SUMNER, E. L. (1936) **Special report on a wildlife study of the High Sierra in Sequoia and Yosemite National Parks and adjacent territory**. US Department of the Interior, National Park Service.

SWARBROOKE, J. (2000) **Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental**. 140p. São Paulo: Aleph.

TAKAHASHI, L.Y. (2004) Uso Público em Unidades de Conservação. Curitiba: Fundação ‘O Boticário de Proteção à Natureza’, **Cadernos de Conservação**, ano 2, n.2, p.40.

UNEP (2003) **Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystem and Human Well-Being: a framework for assessment**. Island Press, Washington, DC. Disponível em: <http://pdf.wri.org/ecosystems_human_wellbeing.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

UNEP (2005) **Millennium Ecosystem Assessment, Ecosystem and Human Well-Being: Synthesis**, v. 2. Island Press, Washington, DC. Disponível em: <<http://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2016.

WAGAR, J.A. (1964) The carrying capacity of wild lands for recreation, **Forest Science**, Washington, D.C.: Society of American Foresters, monograph 7, p.1-31.

WAGAR, J.A. (1974) Recreational Carrying Capacity Reconsidered, **Journal of Forestry**, p. 274-278.

WAGAR, J. V. K. (1946) Services and facilities for forest recreation, **Journal of Forestry**, v. 44, p. 883-887.

WORACHANANANT, S., CARTER, R.W., HOCKINGS, M., REOPANICHKUL, P. (2008) Managing the Impacts of SCUBA Divers on Thailand’s Coral Reefs. **Journal of Sustainable Tourism**, v.6, p. 645-663.

XTERRA (2014) **XTerra**. Disponível em: < <http://xterrabrasil.com.br/tour/2014/> > Acesso em: 17 abr.2014.

ANEXOS

Anexo A - Calendário de Corridas de Aventura no Brasil – 2015

Evento	Local	Data	Distância	Percurso
Ultramacho - 1ª etapa	Jaciara - MT	6, 7, 8 de Março	30 km ou 50 km	_____
Haka Mini Race - 1ª etapa	Socorro - SP	07 de Março	15 km	Percurso Urbano e Rural
Haka Race - 1ª etapa	Socorro - SP	07 de Março	35 km ou 50 km	Percurso Urbano e Rural
Odisséia Corrida de Aventura - 1ª etapa	Pernambuco	07 e 08 de Março	110 km	_____
Circuito Santa Cruz de Aventura - 1ª etapa	Parque da Santa Cruz - RS	07 e 08 de Março	20 km, 30 km ou 50 km	Percurso Urbano e Rural
Essa é nossa Vida	Presidente Nereu - SC	14 e 15 de Março	30 km ou 60 km	_____
Noite do Perrengue	Costa do Sauípe - BA	21 de Março	50 km	_____
Ecomaverick Penedo	Itatiaia - RJ	21 de Março	30 km ou 80 km	_____
Circuito Aventure-SE - 1ª etapa	Barra dos Coqueiros - SE	29 de Março	40 km	_____
CARI - Sol do Salitre	Juazeiro - BA	11 e 12 de Abril	50 km	_____
Campeonato Capixaba - 1ª etapa	Anchieta - ES	18 de Abril	A definir	_____
CICA - Mandacaru	Feira de Santana - BA	19 de Abril	60 km	_____
Circuito PRO Adventure -1ª etapa	Londrina - PR	19 de Abril	A definir	_____
Circuito Aventure-SE - 2ª etapa	A definir	01 de Maio	40 km	_____
Haka Expedition - 1ª etapa	Botucatu - SP	01 a 03 de Maio	100 km ou 200 km	_____
Ultra ADV - 1ª etapa	Pindamonhangaba (SP) - Serra da Quebra Cangalha	16 de Maio	20 km ou 50 km	Zona rural
Eco Race Botuverá	Botuverá - SC	16 e 17 de Maio	25 km ou 50 km	_____
10ª Corrida de Aventura Papacorrída	Venâncio Aires - RS	16 e 17 de Maio	A definir	_____
Haka Mini Race - 2ª etapa	Jacareí - SP	30 de Maio	15 km	_____
Haka Race - 2ª etapa	Jacareí - SP	30 de Maio	35 km ou 50 km	_____
ACAERJ	Itaipuaçu - RJ	31 de Maio	80 km	_____
Ultramacho - 2ª etapa	Chapada dos Guimarães -	05, 06 e 07 de Junho	30 km ou 50 km	_____
Expedição Xokleng	A definir - SC	06 de Junho	A definir	_____
Circuito Santa Cruz de Aventura - 2ª etapa	Parque da Oktoberfest - RS	06 e 07 de Junho	20 km, 30 km ou 50 km	Percurso Urbano e Rural
CICA - Peleja	Feira de Santana - BA	13 de Junho	A definir	_____

Campeonato Capixaba - 2ª etapa	Vitória - ES	20 de Junho	A definir	
Gralha Azul - 2ª etapa	Guaratuba - PR	20 e 21 de Junho	140 km	
CARI - Casco de Peba	A definir	20 e 21 de Junho	110 km	
Circuito PRO Adventure - 2ª etapa	Londrina - PR	12 de Julho	A definir	
Odisséia Corrida de Aventura - 2ª etapa	Paraíba	18 e 19 de Julho	A definir	
Circuito Adventure-SE - 3ª etapa	A definir	19 de Julho	A definir	
Bituin Urubici	Urubici - SC	25 e 26 de Julho	40 km ou 100 km	
Haka Expedition - 2ª etapa	A definir	08 e 09 de Agosto	100 km	
CARI - LASKPÉ	Juazeiro - BA	15 e 16 de Agosto	100 km	
Adventure Camp	Ubatuba - SP	16 de Agosto	25 km ou 50 km	
Campeonato Capixaba - 3ª etapa	Vitória - ES	29 de Agosto	A definir	
Terra de Gigantes Fast	A definir - RJ	30 de Agosto	80 km	
CICA - Cangaço	A definir	30 de Agosto	A definir	
Circuito Adventure-SE - 4ª etapa	A definir	06 de Setembro	A definir	
Ultramacho - 3ª etapa	Nobres - MT	11, 12 e 13 de Setembro	30 km ou 50 km	
Haka Mini Race - 3ª etapa	Avaré - SP	12 de Setembro	15 km	
Haka Race - 3ª etapa	Avaré - SP	12 de Setembro	35 km ou 50 km	
Circuito Santa Cruz de Aventura - 3ª etapa	Parque de Eventos - RS	12 e 13 de Setembro	20 km, 30 km ou 50 km	Percurso Urbano e Rural
Ultra ADV - 2ª etapa	Pindamonhangaba (SP) - Serra da Mantiqueira	19 de Setembro	20 km ou 50 km	
Campeonato Capixaba - 4ª etapa	A definir	03 de Outubro	A definir	
Bituin Grande	Florianópolis - SC	03 e 04 de Outubro	30 km ou 60 km	
Paraty Multisport Spirit	Paraty - RJ	10 de Outubro	40 km ou 70 km	Percurso Urbano e Rural – APA Caiuruçu
CARI - Desafio dos Sertões	Vale do São Francisco - BS	10 e 11 de Outubro	130 km	
Circuito PRO Adventure - 3ª etapa	Londrina - PR	11 de Outubro	A definir	
Ecomaverick Rio das Ostras	Rio das Ostras - RJ	24 de Outubro	40 km ou 80 km	
Circuito Santa Cruz de Aventura - 4ª etapa	Parque da Gruta - RS	07 e 08 de Novembro	20 km, 30 km ou 50 km	Percurso Urbano e Rural
Haka Mini Race - 4ª etapa	Passa Quatro - MG	08 de Novembro	15 km	
Haka Race - 4ª	Passa Quatro - MG	08 de Novembro	35 km ou 50 km	

etapa				
Adventure Race World Championship	Serra do Amolar – MT (Pantanal)	15 a 21 de Novembro	800 km	
Ultramacho - 4ª etapa	Poconé – MT (Pantanal)	27, 28 e 29 de Novembro	30 km ou 50 km	
Campeonato Capixaba - 5ª etapa	A definir	05 de Dezembro	A definir	
CARI - Integração	A definir	05 e 06 de Dezembro	50 km	
Odisséia Corrida de Aventura - 3ª etapa	Alagoas	A definir	A definir	

Anexo B - Questionário – organizadores

1) Há quanto tempo você organiza eventos de Corrida de Aventura?

< 1 ano ( )   1 ano ( )   2 anos ( )   3 anos ( )   3 a 10 anos ( )   > 10 anos ( )

2) Qual a **missão** da empresa organizadora de eventos esportivos que você representa?

3) Quais os **valores** da empresa organizadora de eventos esportivos que você representa?

4) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, os fatores abaixo conforme influenciam a sua escolha do **local** para seus eventos de Corrida de Aventura.

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

( ) Desafios físicos impostos pelo terreno (como declividade e tipos de terreno)

( ) Facilidade de acesso ao local de prova

( ) Facilidade de acesso para equipes de resgate

( ) Conforto (infraestrutura hoteleira e gastronômica para pré e pós-prova)

( ) Tipos de vegetação da região (susceptibilidade ao pisoteio)

( ) Tipos de solo da região (susceptibilidade à erosão)

( ) Segurança do atleta (proximidade com hospitais)

( ) Potencial de risco do local (ex. exposição a doenças endêmicas, proximidade com fauna que apresenta risco ao homem, etc.)

( ) Exigência dos patrocinadores

( ) Por ser uma Unidade de Conservação

( ) Frequência de uso da população local no espaço por onde passará a Corrida

( ) Aspectos estéticos da paisagem (beleza cênica)

( ) Característica remota e selvagem do lugar

5) Quando um fator acima for considerado “sem importância” na escolha do local de prova, favor explicar o porquê.

6) Quando um fator acima for considerado “imprescindível” na escolha do local de prova, favor explicar o porquê.

7) Existem outros fatores que você considera importantes na seleção do local do seu evento de Corrida de Aventura? Se sim, escreva-os abaixo e atribua seu valor de importância de acordo com a Escala Likert já utilizada na questão 4.

8) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, os fatores abaixo conforme influenciam a sua escolha das **datas** para seus eventos de Corrida de Aventura.

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

- ( ) Calendários de outras provas (de forma a evitar a competição entre eventos)
- ( ) Determinação dos patrocinadores
- ( ) Determinação das Unidades de Conservação
- ( ) Determinação das prefeituras
- ( ) Determinação de Órgãos ambientais
- ( ) Facilidades logísticas (facilidades e prazos de fornecedores)
- ( ) Clima e conforto do atleta
- ( ) Clima e desafio para o atleta
- ( ) Chuvas e possibilidade de erosão do solo
- ( ) Época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção
- ( ) Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser alta temporada)
- ( ) Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser baixa temporada)

9) Quando um fator acima for considerado “sem importância” na escolha da data de prova, favor explicar o porquê.

10) Quando um fator acima for considerado “imprescindível” na escolha da data de prova, favor explicar o porquê.

11) Existem outros fatores que você considera importantes na seleção das datas do seus eventos de Corrida de Aventura? Se sim, escreva-os abaixo e atribua seu valor de importância de acordo com a Escala Likert já utilizada na questão 8.

12) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais?

( ) SIM   ( ) NÃO*   *Se não, pule as questões 13 e 14.

13) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais **positivos**?

Se sim, explique de que forma.

( ) SIM   ( ) NÃO

Justificativa:

14) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais **negativos**?

Se sim, explique de que forma.

( ) SIM   ( ) NÃO   Justificativa:

15) O **planejamento** do seu evento inclui alguma cláusula relacionada aos possíveis impactos socioambientais que eventos de grande porte em áreas naturais podem gerar (como ações de previsão e mitigação de impactos)? Se sim, favor enviar a cláusula do planejamento para o e-mail relacionado na última questão deste questionário.

( ) SIM   ( ) NÃO

16) O **regulamento** do seu evento inclui alguma cláusula relacionada a estes possíveis impactos? Se sim, favor anexar o regulamento.

( ) SIM   ( ) NÃO

17) Dê sua opinião a respeito desta pesquisa (podem ser assinaladas múltiplas alternativas).

- ( ) Muito longa
- ( ) Tamanho ideal
- ( ) Curta
- ( ) Importante
- ( ) Desnecessária
- ( ) Inovadora
- ( ) Não sei o que dizer

18) Comentários adicionais (facultativo):

Obrigada!

Anexo C - Questionário – atletas

- 1) Qual a sua idade? _____
- 2) Estado civil: Solteiro/a ( )   Casado/a ( )   Viúvo/a ( )
- 3) Em que cidade e estado você vive? _____
- 4) Gênero: M ( )   F ( )
- 5) Possui plano de saúde privado?   SIM ( )   NÃO ( )
- 6) Qual sua formação acadêmica mais alta?
  - ( ) Ensino Médio (cursando)
  - ( ) Ensino Médio completo
  - ( ) Graduação (cursando) – Curso: _____
  - ( ) Graduação completa – Curso: _____
  - ( ) Pós-Graduação (cursando) – Curso: _____
  - ( ) Pós-Graduação completa – Título: _____
- 7) Qual sua profissão atual? _____

8) Há quanto tempo você compete em Corridas de Aventura?

< 1 ano ( )   1 ano ( )   2 anos ( )   3 anos ( )   3 a 10 anos ( )   > 10 anos ( )

9) Você compete profissionalmente (patrocinado) ou por lazer (amador)?

10) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, as razões abaixo conforme te motivam a participar de uma Corrida de Aventura.

- ( ) Desafio físico
- ( ) Socialização
- ( ) Contato com a natureza
- ( ) Prazer e felicidade

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

11) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, as modalidades abaixo conforme a sua preferência por praticá-las em uma Corrida de Aventura.

- ( ) Trekking/Corrida de Montanha
- ( ) Mountain Bike
- ( ) Canoagem/Remo
- ( ) Stand Up Paddle
- ( ) Rafting
- ( ) Travessia a nado
- ( ) Rapel
- ( ) Escalada
- ( ) Orientação
- ( ) Canionismo
- ( ) Cavalgada
- ( ) Espeleologia
- ( ) Outras: _____

ESCALA DE LIKERT

- 1. Sem importância
- 2. Pouco importante
- 3. Indiferente/Neutro
- 4. Importante
- 5. Imprescindível

12) Você prefere Corridas de Aventura de:

- ( ) 1 dia de duração (menos de 24 horas)
- ( ) 2 dias de duração
- ( ) 3 a 4 dias de duração
- ( ) 1 semana ou mais de duração

13) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, os fatores abaixo conforme influenciam a sua escolha do **local** para participar de uma Corrida de Aventura.

ESCALA DE LIKERT

- 1. Sem importância
- 2. Pouco importante
- 3. Indiferente/Neutro
- 4. Importante
- 5. Imprescindível

- ( ) Desafios físicos impostos pelo terreno (como declividade e tipos de terreno)
- ( ) Facilidade de acesso ao local de prova
- ( ) Facilidade de acesso para equipes de resgate
- ( ) Conforto (infraestrutura hoteleira e gastronômica para pré e pós-prova)
- ( ) Segurança (proximidade com hospitais)

- ( ) Potencial de risco do local (exposição a doenças endêmicas, proximidade com fauna que apresenta risco ao homem, etc.)
- ( ) Frequência de uso da população local no espaço por onde passará a Corrida
- ( ) Tipos de solo da região (susceptibilidade à erosão)
- ( ) Tipos de vegetação da região (susceptibilidade ao pisoteio)
- ( ) O fato de ser uma Unidade de Conservação
- ( ) Aspectos estéticos da paisagem (beleza cênica)
- ( ) Característica remota e selvagem do lugar

14) Quando um fator for considerado “sem importância” na escolha do local de prova, favor explicar o porquê.

15) Quando um fator for considerado “imprescindível” na escolha do local de prova, favor explicar o porquê.

16) Existem outros fatores que você considera importantes na seleção do local da sua Corrida de Aventura? Se sim, escreva-os abaixo e atribua seu valor de importância de acordo com a Escala Likert utilizada na questão 13.

17) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, os fatores abaixo conforme influenciam a sua escolha da **data** para participar de uma Corrida de Aventura.

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

- ( ) Calendário de treinamento (período ótimo para desempenho)
- ( ) Clima e conforto do atleta
- ( ) Clima e desafio para o atleta
- ( ) Chuvas e possibilidade de erosão do solo
- ( ) Época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção
- ( ) Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser alta temporada);
- ( ) Sazonalidade turística do espaço por onde passa a Corrida (ser baixa temporada);

18) Quando um fator for considerado “sem importância” na escolha da data de prova, favor explicar o porquê.

19) Quando um fator for considerado “imprescindível” na escolha da data de prova, favor explicar o porquê.

20) Existem outros fatores que você considera importantes na seleção da data de participação em uma Corrida de Aventura? Se sim, escreva-os abaixo e atribua seu valor de importância de acordo com a Escala Likert utilizada na questão 17.

21) Coloque em ordem de importância, utilizando a Escala de Likert, os fatores abaixo conforme influenciam a sua escolha do **evento** para participar em uma Corrida de Aventura.

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

- ( ) Regulamento de prova com penalidades para condutas prejudiciais ao meio ambiente;
- ( ) Selo de qualidade/sustentabilidade do evento;
- ( ) Boas marcas patrocinadoras.

22) Quando um fator for considerado “sem importância” na escolha do evento, favor explicar o porquê.

23) Quando um fator for considerado “imprescindível” na escolha do evento, favor explicar o porquê.

24) Nas Corridas de Aventura de que você participa, ao longo do percurso você prefere:

- ( ) Muitos encontros com outros atletas/equipes
- ( ) Poucos encontros com outros atletas/equipes
- ( ) Nenhum encontro com outros atletas/equipes

Porquê? _____

25) Nas Corridas de Aventura de que você participa, você considera ideal um número máximo de quantos atletas por evento?:_____

26) Nas Corridas de Aventura de que você participa existe alguma recomendação por parte da organização relacionada a praticas de mínimo impacto ambiental?

( ) Sempre   ( ) Eventualmente   ( ) Nunca

Cite exemplos destas práticas:_____

27) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais*?

( ) SIM   ( ) NÃO*   *Se não, pule as questões 28 e 29.

28) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais **positivos**?

Se sim, explique de que forma.

( ) SIM   ( ) NÃO

Justificativa:

29) Você acredita que as Corridas de Aventura causam impactos socioambientais **negativos**?

Se sim, explique de que forma.

SIM ( )   NÃO ( )

Justificativa:

30) Dê sua opinião a respeito desta pesquisa (podem ser assinaladas múltiplas alternativas).

- ( ) Muito longa
- ( ) Tamanho ideal
- ( ) Curta
- ( ) Importante
- ( ) Desnecessária
- ( ) Inovadora
- ( ) Não sei o que dizer

31) Comentários adicionais (facultativo):

Obrigada!

Anexo D - Questionário – Gestores UCs

1) Há quanto tempo você trabalha como gestor (a) de unidade de conservação?

< 1 ano ( )   1 ano ( )   2 anos ( )   3 anos ( )   3 a 10 anos ( )   > 10 anos ( )

2) Em que UC trabalha atualmente?

3) Há quanto tempo trabalha como gestor (a) desta UC?

< 1 ano ( )   1 ano ( )   2 anos ( )   3 anos ( )   3 a 10anos ( )   > 10 anos ( )

4) Quanto a solicitações de Corridas de Aventura na UC em que você trabalha:

( ) O Plano de Manejo da UC não permite a realização de eventos esportivos.

( ) Até hoje não tivemos solicitações.

( ) Tivemos ____ solicitações aprovadas.

( ) Tivemos ____ solicitações reprovadas pelos seguintes

motivos: _____

5) Quando você analisa uma solicitação de Corrida de Aventura, dos fatores abaixo quais você acha importantes considerar?

( ) Frequência de uso da população local no espaço por onde passará a Corrida;

( ) Tipos de solo da região (susceptibilidade à erosão);

( ) Tipos de vegetação da região (susceptibilidade ao pisoteio);

( ) Época de reprodução de espécies animais ameaçadas de extinção;

( ) Sazonalidade turística do espaço por onde passará a Corrida;

( ) Existência de regulamento de prova com penalidades para condutas prejudiciais ao meio ambiente;

( ) Existência de selo de qualidade do evento;

( ) Existência de ações de compensação socioambiental previstas no projeto da prova.

ESCALA DE LIKERT

1. Sem importância
2. Pouco importante
3. Indiferente/Neutro
4. Importante
5. Imprescindível

6) Quando um fator for considerado “sem importância” na sua análise de projeto, favor explicar o porquê.

7) Quando um fator for considerado “imprescindível” na sua análise de projeto, favor explicar o porquê.

8) Existem outros fatores que você considera importantes na análise de uma solicitação de Corrida de Aventura? Se sim, escreva-os abaixo e atribua seu valor de importância de acordo com a Escala Likert já utilizada na questão 5.

9) Você acredita que estes eventos esportivos causam impactos socioambientais?

( ) SIM ( ) NÃO* *Se não, pule as questões 10 e 11.

10) Você acredita que estes eventos esportivos causam impactos socioambientais **positivos**?

Se sim, explique de que forma.

( ) SIM ( ) NÃO

Justificativa: .....

11) Você acredita que estes eventos esportivos causam impactos socioambientais **negativos**?

Se sim, explique de que forma.

SIM ( ) NÃO ( )

Justificativa: .....

12) Dê sua opinião a respeito desta pesquisa (podem ser assinaladas múltiplas alternativas).

- ( ) Muito longa
- ( ) Tamanho ideal
- ( ) Curta
- ( ) Importante
- ( ) Desnecessária
- ( ) Inovadora
- ( ) Não sei o que dizer

13) Comentários adicionais (facultativo):

Obrigada!